

Diário do Legislativo de 26/06/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 20ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Fabricantes de Calçados de Nova Serrana Ltda. - Credinova - pelo Transcurso de Seus 10 Anos de Fundação

1.2 - 21ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais pelo Transcurso de Seus 75 Anos de Fundação

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/6/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Paulo Cesar - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Romeu Coelho - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Ademir Lucas - Paulo Cesar.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Romeu Coelho, Diretor-Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Fabricantes de Calçados de Nova Serrana - Credinova -; Pedro Gomes da Silva, Diretor Administrativo da Credinova; Taitson Bessas, empresário, representando o Diretor Financeiro da Credinova, Valério Batista Assis; José Pereira Júnior, Gerente da Credinova; Rogério Braga, Juiz de Direito de Nova Serrana; Wagner Dias da Silva, Diretor Financeiro da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Cofal -, representando a Central das Cooperativas de Crédito de Minas Gerais; Agenor Carlos Pereira, representando a Associação dos Contabilistas de Nova Serrana; e Deputado Paulo Cesar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Gostaríamos de registrar uma mensagem do Deputado Federal Jaime Martins, manifestando seus votos de pleno êxito neste encontro e justificando sua ausência em razão de compromissos assumidos anteriormente.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Fabricantes de Calçados de Nova Serrana Ltda. - Credinova - pelo transcurso de seus 10 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela Lira Musical São Sebastião, de Nova Serrana, sob a regência do maestro João Evaristo da Silveira.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Paulo Cesar

Caro colega e amigo Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, neste ato representando o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho; Sr. Romeu Coelho, Diretor-Presidente da Credinova; Sr. Pedro Gomes da Silva, Diretor Administrativo da Credinova, amigo e companheiro; Sr. Taitson Bessas, empresário, aqui representando o Diretor Financeiro da Credinova, Valério Batista Assis; amigo José Pereira Júnior, gerente da Credinova, quero cumprimentá-lo em nome de todos os empresários de Nova Serrana; e agradecer o trabalho que você tem feito pela Credinova e pelos empresários de Nova Serrana; Dr. Rogério Braga, Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Nova Serrana; Sr. Wagner Dias da Silva, Diretor Financeiro da Cofal, que representa a Central das Cooperativas de Crédito de Minas Gerais; Sr. Agenor Carlos Pereira, representando a Associação dos Contabilistas de Nova Serrana; Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores convidados, cuja presença abrilhanta esta solenidade; meu amigo Ezequiel, filho do Pastor Helvécio; integrantes da Igreja Assembléia de Deus; amigo e maestro João, na pessoa de quem cumprimento os integrantes da Lira Musical São Sebastião, de Nova Serrana; amigo Hudson Bruno Lemos, do "Jornal Gazeta", de Nova Serrana, e da Rádio Liberdade, na pessoa de quem homenageio a imprensa presente e toda a imprensa que tem acompanhado o trabalho e o crescimento de nossa Nova Serrana; público que nos vê em mais de 200 cidades de Minas Gerais, por meio da TV Assembléia.

"O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis". Esse pensamento do poeta português Fernando Pessoa pode sintetizar a trajetória da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Fabricantes de Calçados de Nova Serrana - Credinova -, que esta noite estamos tendo a satisfação de homenagear.

Foi, de fato, um momento inesquecível quando, 10 anos atrás, algumas lideranças empresariais de Nova Serrana se reuniram em torno do sonho de criar uma cooperativa de crédito que desse suporte à indústria calçadista do Município. A idéia de criação da Credinova surgiu quando os empresários Heleno de Freitas e Walter Campos Duarte perceberam a necessidade de proporcionar recursos financeiros para a indústria calçadista em um ambiente em que as elevadíssimas taxas de juros praticamente inviabilizavam o crescimento do setor. Eu, à época, era, pela segunda vez, Prefeito de Nova Serrana e apoiei fortemente a iniciativa, tendo a honra de ser um dos sócios fundadores da Credinova. Naquele tempo, sentia, como os demais 28 sócios fundadores da Credinova, que somente uma instituição financeira com foco em nossa realidade, voltada para o desenvolvimento da indústria calçadista e administrada por empresários do ramo poderia dar o suporte necessário para a expansão de nossos negócios. E o inexplicável do pensamento de Fernando Pessoa ocorreu na composição da primeira diretoria da Credinova, que permanece até hoje à frente dos destinos da instituição, quando foram superadas antigas divergências políticas locais, em nome de uma coalizão em prol dos fabricantes de calçados de Nova Serrana.

Os números falam por si, e a eles recorreremos para dar a dimensão do quanto esse sonho se tornou realidade. Afinal, o capital inicial da Credinova era de R\$29.000,00, e vou repeti-lo para que não reste dúvida: nossa cooperativa começou suas atividades com capital de R\$29.000,00, 8 funcionários e 29 sócios sonhadores, digo, fundadores. Mas esse sonho se transformou em uma realidade palpável pois, apenas 10 anos depois de iniciar suas atividades, a Credinova conta com depósitos de R\$31.507.000,00, contabiliza empréstimos de R\$19.787.000,00 e apresenta patrimônio líquido de R\$11.350.000,00.

Contudo, somente com pessoas incomparáveis, como bem definiu o poeta português, os sonhos se materializam. Por esta razão, farei aqui uma justa homenagem, citando os 28 pioneiros que, a meu lado, acreditaram naquele sonho: Agenor Carlos Pereira; Camilo Lélis Preto; Geraldo Célio Coelho; Geraldo Lourenço; Geraldo Magela Rodrigues; Hélder Coelho Ribeiro; Heleno Batista Freitas; Hílton Saldanha Lacerda; José Pinto Martins; José Afonso Paiva Lacerda; José Eustáquio de Azevedo; José Íris Saldanha; José Maria Pereira; o amigo e saudoso Lélis Camilo Preto; Libério Alves de Góis; Marcelo Batista de Freitas; Marcos da Silva Amaral; Pedro Gomes da Silva; Ramon Alves do Amaral; Reni Alves do Amaral; Romeu Coelho; Ronaldo Batista de Lacerda; Sebastião Duarte de Lacerda; Sebastião Fábio; Vagner Batista de Assis; Valério Batista de Assis; Walter Campos Duarte; Walter Lúcio Batista de Assis.

Ao finalizar minhas palavras, gostaria de destacar a atuação firme e correta do Presidente da Credinova, Romeu Coelho, que dirige a instituição desde sua criação, com competência, honestidade e muito trabalho. Meu amigo Pedro Gomes da Silva, Diretor Administrativo, e o empresário Valério Batista de Assis, Diretor Financeiro, também têm tido uma atuação basilar na condução dos destinos da Credinova. Devo ainda destacar a atuação competente do gerente José Pereira Júnior, que trouxe toda sua experiência de funcionário do Banco do Brasil e a colocou a serviço da Credinova, possibilitando uma operação nos moldes dos grandes bancos. Também o contabilista Antônio Claret Ribeiro, com seriedade e eficiência, e a gerente adjunta da Credinova, Maria de Lourdes Souza, nossa querida Lourdinha, sempre atuando junto aos cooperados, merecem nossa homenagem, e, na pessoa deles, destacamos a importância dos funcionários para o sucesso da Credinova.

Esta singela homenagem da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, requerida por este Deputado, que tem a honra e o desafio de ser o representante do setor calçadista no Parlamento mineiro, é o reconhecimento da importância da Credinova para a consolidação da produção de calçados em Minas Gerais.

Afinal, hoje a Credinova é a quarta maior cooperativa de crédito do Estado e contribuiu de maneira fundamental para que Nova Serrana se consolidasse como o segundo maior pólo fabricante de calçados do Brasil, o primeiro em calçados esportivos, com uma produção de 500 mil pares por dia, gerando milhares de empregos, distribuindo renda e tendo papel decisivo para o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. Muito obrigado a todos e uma boa noite.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional da Credinova.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante o Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega de placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Romeu Coelho, Diretor-Presidente da Credinova, e aos Srs. Pedro Gomes da Silva, Diretor Administrativo, e Taitson Bessas, representando o Sr. Valério Batista Assis, Diretor Financeiro da entidade. Solicitamos a estes que se posicionem no local indicado pelo cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: "A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Fabricantes de Calçados de Nova Serrana Ltda. - Credinova -, por meio de várias e expressivas ações, como assistência financeira, formação educacional e difusão de informações técnicas, tem contribuído sobremaneira para o fomento da produção, da produtividade, do cooperativismo e da melhoria da qualidade de vida de seus associados. A homenagem do Parlamento mineiro à Credinova pelos 10 anos de destacado e relevante trabalho que vem desenvolvendo na indústria calçadista de nosso Estado."

O Sr. Presidente - Com muita honra, a Presidência convida o Deputado Paulo Cesar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, para fazer parte da entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Romeu Coelho

Exmo. Sr. 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Casa, o Deputado Alberto Pinto Coelho; Sr. Diretor Administrativo da Credinova, Pedro Gomes da Silva; empresário Taitson Bessa, representando o Diretor Financeiro da Credinova, Valério Batista de Assis; Sr. José Pereira Júnior, Gerente da Credinova; Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Nova Serrana, Dr. Rogério Braga; Diretor Financeiro, colega e amigo de toda jornada Wagner Dias da Silva, representando a Central das Cooperativas de Crédito de Minas Gerais; Agenor Carlos Pereira, representando a Associação dos Contabilistas de Nova Serrana, um parceiro que trabalha ao nosso lado e é do conselho fiscal da cooperativa e sobrinho; autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, Exmo. Sr. Deputado Paulo César de Freitas; Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, representando o Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Deputado Paulo Cesar, meu sobrinho, ex-Prefeito da nossa querida Nova Serrana e também um dos pioneiros para criação da Credinova, sendo um dos seus fundadores.

Com o desenvolvimento desta humanidade, o homem constatou que a vida em grupo seria a garantia de que os meios de se conquistar o sucesso é a forma ideal de se viver.

Embora a sábia e perfeita natureza não nos poupe exemplos de que a vida em grupos fortalece os seres e lhes garante a sobrevivência, nós, homens, dotados de raciocínio e, como defendem muitos cientistas, os únicos seres inteligentes do universo, somos ainda reticentes em admitir muitas vezes que, unidos por uma causa comum, somos mais fortes.

Foi num contexto deste que em 1996, diante de um Brasil com sua economia estabilizada, empresários calçadistas de Nova Serrana imaginaram o funcionamento de uma cooperativa de economia e crédito mútuo como solução para os empresários de nosso pólo calçadista, que sofriam e viam seus poucos lucros sendo sugados pela exploração do sistema bancário na época.

Naquela ocasião, os bancos passavam por adaptações para encontrar um caminho de sobreviver sem inflação. Acostumados por muito tempo a ganhar altas cifras na ciranda financeira, os bancos tomaram um choque com a estabilidade da moeda, e os que sobreviveram foram obrigados a se ajustar.

Só que o ônus desse ajuste acabou sendo pago pelos correntistas. Em um esforço para recuperar a receita, os bancos aumentaram as suas tarifas e passaram à cobrança dos serviços que antes eram cobertos pelos ganhos inflacionários.

Para nós, industriais do ramo de calçados, estabelecidos em uma pequena cidade do Centro-Oeste de Minas, a idéia da cooperativa estava mais ligada às questões rurais, como as de leite e de produtores rurais. Sou produtor rural e tive a oportunidade de participar da Diretoria da Cooperativa Rural de Divinópolis, quando era Presidente o Deputado Domingos Sávio. Mal sabíamos que, nas várias ramificações do cooperativismo, a associação de economias para o crédito mútuo seria a solução para os nossos problemas.

Com a divulgação da intenção de se criar uma cooperativa de economia e crédito mútuo dos fabricantes de calçados de Nova Serrana, e com a busca de modelos que atendessem às expectativas de todos, a idéia rapidamente ganhou força.

Na cooperativa, o associado não é mero cliente bancário, mas sócio proprietário da entidade, podendo participar do processo decisório, influenciar na escolha dos seus dirigentes e até candidatar-se aos cargos de Delegado, Conselheiro e Diretor.

O cooperativismo é eficaz para a democratização do crédito e a desconcentração da renda e permite que segmentos da sociedade organizada solucionem, de forma autônoma e independente, os seus problemas de acesso ao crédito e aos serviços bancários, pois as taxas de juros são reduzidas, as condições de negócios são desburocratizadas e muitas taxas de serviços bancários simplesmente não existem. Além disso, os lucros contabilizados no final de cada exercício financeiro retornam aos associados, seja por meio da distribuição desses recursos de acordo com as suas cotas-partes, seja na reintegração ao capital da instituição.

Para criar a Credinova, tivemos o apoio decisivo de 29 empresários da nossa cidade, que empregaram, cada um, R\$200,00, para formar o capital inicial da nossa instituição, e também emprestaram R\$1.000,00, cada um, para adquirir os equipamentos para a instalação da nossa agência.

Esse grupo, com o apoio do então Prefeito de Nova Serrana, Paulo Cesar, ofereceu-me a Presidência dessa instituição. Há de se ressaltar aqui o

que o espírito cooperativista é capaz de fazer, pois tenho conhecimento de que o meu nome foi aceito e apoiado pelo então Prefeito como uma pessoa capaz de conduzir a Credinova, apesar de nossas ideologias políticas serem divergentes.

Ressalto também aqui que sempre foi nossa preocupação de que as questões pessoais e diferenças, de qualquer natureza que fossem, não tivessem nenhuma influência. Nunca, nesses 10 anos, elas influenciaram em uma decisão minha, da nossa Diretoria e dos demais membros da administração da Credinova.

Hoje a Credinova conta com quase 2 mil cooperados e possui a sua sede própria em uma área com 1.500m² de construção, onde está materializado fisicamente parte do seu patrimônio.

A prova de sucesso da Credinova nesses 10 anos é sua posição de destaque no sistema cooperativista onde está inserida. Nossa instituição figura com destaque entre as 20 maiores cooperativas do ramo de crédito em Minas Gerais, tanto por faturamento como por patrimônio líquido, ou seja, com maior valor em recursos próprios. Assim, também está entre as cooperativas que mais cresceram nesse aspecto.

Um outro fator que muito nos orgulha é o fato de a Credinova ser hoje a 25ª cooperativa em ativos totais, ou seja, uma das instituições com maior valor de recursos disponíveis em Minas Gerais, o que, em números atualizados, ultrapassa os R\$40.000.000,00. Isso tudo, meus conterrâneos, colegas, empresários, caros Deputados, lideranças setoriais e telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, atuando em um país onde a legislação que normatiza o funcionamento das cooperativas é muito restritiva, desatualizada e muitas vezes desmotivadora do desenvolvimento de instituições desse tipo.

Temos que registrar também as dificuldades que nossos cooperados e os empresários calçadistas enfrentam, com uma concorrência cada vez mais desleal com produtos importados, principalmente da China, favorecidos com a valorização do real frente ao dólar.

O adiamento das reformas tributária, trabalhista e fiscal, que há muitos anos pedimos ao governo federal, tem diminuído a competitividade de nossas empresas e enfraquecido nossa presença no mercado consumidor. Não teremos cooperativas fortes se não tivermos empresas sólidas e atuando com o máximo de sua capacidade de produção. Não queremos empréstimos subsidiados pelo governo, e sim condições de poder comercializar nossos produtos em condições favoráveis de mercado.

Eu vi uma declaração do Sindicato Nacional do Calçado, e são números que nos preocupam a todos os fabricantes. Em 2004, foram faturados no Brasil 755 milhões de pares. Em 2006, essa quantidade caiu para 552 milhões. Isso preocupa o setor calçadista. Eu, como empresário do setor, com 36 anos de indústria, vejo hoje na frente da Credinova fabricantes querendo trabalhar, mas o mercado não está comprando os produtos. Não precisamos de mercados novos, precisamos vender o produto de que Nova Serrana se orgulha; como disse o Deputado, são 500 mil pares por dia. Precisamos vender essa mercadoria, e o mercado está muito fraco.

Enfim, era necessário que, nesta oportunidade ímpar de ocupar a tribuna deste representativo Poder de nosso Estado, além de estar aqui para agradecer esta distinção da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, pudéssemos fazer um apelo por uma maior atenção dos governos de nosso Estado e federal para as dificuldades do setor calçadista e de vários outros segmentos industriais do Estado e do País.

Exemplos de sucesso como o da Credinova, primeira cooperativa do ramo calçadista no Brasil, precisam ser disseminados e estimulados como forma de sobrevivência em grupo. Agindo sós, não possuímos força alguma, mas agindo em união e através de grupos podemos mudar a realidade de nossas cidades, Estados e até de nosso país.

A Credinova, há 10 anos unindo e promovendo o pólo calçadista de Nova Serrana, está aqui hoje representada na Assembléia. Agradecemos ao Presidente, Deputado Doutor Viana, e ao Deputado Paulo Cesar esta oportunidade. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Lira Musical São Sebastião, que, sob a regência do maestro João Evaristo da Silveira, apresentará as músicas Mi Añoranza, de sua autoria, e My Way, de Paul Anka.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Diretor-Presidente da Credinova, Romeu Coelho; Sr. Diretor Administrativo da nossa cooperativa aniversariante, Pedro Gomes da Silva; empresário Taitson Bessas, representando o Diretor Financeiro da Credinova, Valério Batista Assis; Sr. Gerente da Credinova, José Pereira Júnior; MM. Juiz de Direito de Nova Serrana, grande amigo, Dr. Rogério Braga; Sr. Diretor Financeiro da Cofal, Wagner Dias da Silva, representando a Central das Cooperativas de Crédito de Minas Gerais; Sr. Agenor Carlos Pereira, representando a Associação dos Contabilistas de Nova Serrana; meu amigo, companheiro, colega parlamentar, grande representante de Nova Serrana, da região e de Minas Gerais, Deputado Paulo Cesar, que, num momento de grande lucidez, apresentou esse requerimento, apoiado por todos os Deputados desta Casa, dando origem a esta digna homenagem; telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia; imprensa; funcionários da Casa; funcionários da cooperativa; minhas senhoras; meus senhores; ao completar seu 10º aniversário, a Credinova é reconhecida por representar uma notável lição de responsabilidade social, democracia, equidade e solidariedade. Foi criada para atender ao setor calçadista da região, detentor de importante participação na economia do Estado, pela geração de emprego e renda, setor que, infelizmente, vem sendo afetado pela concorrência chinesa.

Oferecendo serviços de natureza bancária para os associados e financiando a aquisição de máquinas para a fabricação de calçados, a Credinova também investe nos setores educacional e cultural. Promovendo cursos, palestras, espetáculos teatrais e musicais, vem sendo uma presença ativa na vida de Nova Serrana. Abro um parêntese para homenagear e parabenizar a Lílian, que nos presenteia com essas apresentações extraordinárias. Gerida por seus membros, elimina intermediários, enquanto busca a qualificação técnica e o desenvolvimento do sócio cooperado. O associado de uma cooperativa tem uma chance maior de se realizar como cidadão, pois vivencia a prática cotidiana da democracia e da solidariedade, com seu comprometimento e sua participação. O cooperativismo tem-se mostrado, antes de tudo, uma das formas mais eficazes de distribuição equitativa de riquezas.

A Credinova vem, ao longo destes anos, contribuindo para que um importante número de mineiros atinja a estabilidade profissional e financeira. Não somente para atender ao disposto nos arts. 174 da Constituição da República e 171 da Constituição Estadual, que determinam o apoio e o estímulo à organização do cooperativismo, mas por acreditar na causa transparente do associativismo, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais abraça a Credinova. Atenta às vocações de Minas, a Assembléia reconhece a enorme importância do setor calçadista de Nova Serrana.

Esta homenagem, prezado Paulo Cesar, à sua cooperativa, à nossa cooperativa, é também o reconhecimento a um setor tradicional de nossa indústria que, mais do que nunca, necessita ser defendido. É preciso ainda ressaltar que a Credinova trabalha para o desenvolvimento sustentado de toda a comunidade em que está inserida; por isso saudamos essa associação modelar em seu importante trabalho conduzido em território de nosso Estado. Parabéns, cooperados e diretoria da Credinova, por dignificar o trabalho humano e promover o desenvolvimento comunitário e local. Todos os nossos aplausos pelo exemplo de sua luta pelo bem comum e pela promoção do importante esforço coletivo e solidário. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 19, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição de 19/6/2007.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 21ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/6/2007

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Eros Biondini - Palavras do Deputado Domingos Sávio - Palavras do Reitor Ronaldo Tadeu Pena - Entrega de placa - Palavras do Sr. Francisco Carlos Faria Lobato - Exibição de vídeo - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Domingos Sávio - Eros Biondini - João Leite - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Wander Borges, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Professor Ronaldo Tadeu Pena, Reitor da UFMG; Professor Francisco Carlos Faria Lobato, Diretor da Escola de Veterinária da UFMG; Vereador Paulo Lamac, 1º-Vice-Líder de Governo, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Fernando Cruz Laender, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV-MG -; Lucas Augusto Soeiro Pinheiro, Presidente da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária; Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -; e Deputados Domingos Sávio e Eros Biondini, co-autores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Professores Eméritos Joaquim Martins Ferreira Neto; Ivan Barbosa Machado Sampaio; Renato César Saccheto Torres, Vice-Diretor da Escola de Veterinária; João Biondini, Professor Adjunto da Escola de Veterinária; e Luiz Sofal, Conselheiro da Associação Brasileira de Odontologia Veterinária; e da Exma. Sra. Professora Maria Coeli Gomes Reis Lage, Coordenadora do curso de Medicina Veterinária da PUC Minas Betim.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais pelo transcurso de seus 75 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa, acompanhado pelo pianista Antônio Carlos de Magalhães, e sob a regência do Maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Eros Biondini

Boa-noite a todos, senhoras e senhores; Exmos. Srs. Deputado João Leite, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Ronaldo Tadeu Pena, Magnífico Reitor da UFMG; Prof. Francisco Carlos Faria Lobato, Diretor da Escola de Veterinária da UFMG; Vereador Paulo Lamac, 1º-Vice-Líder de Governo na Câmara Municipal de Belo Horizonte; Fernando Cruz Laender, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV-MG -; Lucas Augusto Soeiro Pinheiro, Presidente da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária; Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -; Deputado Domingos Sávio, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, não precisamos dizer da alegria de poder estar aqui, nesta noite, nessa justa e histórica homenagem à Escola de Veterinária da UFMG. De tantas folhas que tinha escrito, resumi em poucas palavras, deixando que o meu coração transbordasse a alegria que sinto ao ver concretizando, num ano de tantas festividades, esta homenagem da Assembléia Legislativa - a Casa do povo - aos 75 anos da Escola de Medicina Veterinária.

Quando aqui se faz esta homenagem, temos todo o nosso Estado reconhecendo e registrando o mérito dessa honrosa instituição. São bodas de diamante institucionais. São 75 anos gerando conhecimento e formando profissionais comprometidos com a produção, com a saúde animal e com a saúde pública em benefício da humanidade. Essa foi a frase comemorativa do 75º aniversário da Escola de Veterinária da UFMG, que nasceu em 1º/3/32.

Em nossa condição de formados em tão prestigiada escola e cientes de sua enorme contribuição para o desenvolvimento do Estado e do Brasil e para o bem-estar da nossa população, reunimo-nos hoje para comemorar tão importante acontecimento. Neste ano comemorativo, queremos saudar e parabenizar seus fundadores, seus Diretores, seus professores, funcionários e alunos, muitos aqui presentes. O número de pessoas aqui presente mostra a importância desse símbolo que é hoje a Escola de Veterinária. Homenagear uma instituição tão qualificada quanto essa, nos seus 75 anos, é registrar na história um tempo de glórias e vitórias. Mas, quando essa história se funde à nossa própria, esse registro é mais profundo, é dentro do coração.

A Escola de Veterinária é responsável não apenas pela minha formação acadêmica, mas, posso afirmar, pelo meu êxito profissional.

Deixando de lado as folhas e os escritos, quero unir-me com os senhores na alegria de celebrar essa festividade. Certamente é uma marca deixada na nossa história. Muitos daqueles que foram meus professores estão presentes. Quero abraçá-los com gratidão.

Há 10 anos, em dezembro de 1995, formei-me na Escola de Veterinária. Além de um elenco tão maravilhoso como este que está aqui, tive a honra de ter como professor meu pai João Biondini, que esperou a oportunidade de dar aula para a minha turma e depois aposentar. Isso me honra muito. Com ele, aprendi não somente os primeiros passos da profissão mas também o caráter, a honra e a ética, com os quais quis viver durante o tempo em que exerci a profissão.

Dediquei-me 10 anos à clínica e às intervenções cirúrgicas, sobretudo, na parte de reprodução. Realmente reconheço a formação que a Escola de Veterinária nos deu e continua dando. Sabemos que hoje é referência na América Latina, como sempre foi, não somente a graduação, mas também na pós-graduação, em níveis de vanguarda em relação às outras escolas de Veterinária, o que muito nos honra, e que os profissionais que ali se formam e já se formaram são de altíssimo nível e conseguem firmar-se no mercado de trabalho. Há pouco tempo, tivemos oportunidade de visitar a Escola de Veterinária, o seu Laboratório de Análise de Qualidade do Leite. Das oito unidades instaladas no País, também é atualmente a mais procurada, com maior demanda. Já estamos até com a sua capacidade de análise saturada. Com outros Deputados, temos apresentado várias iniciativas e requerimentos com o intuito de representar dignamente essa classe, de maneira específica em relação ao laboratório, com grandes avanços. Já está marcada uma audiência com o Ministro para conseguirmos uma segunda linha de análise no Laboratório de Qualidade do Leite da Escola de Veterinária. Outras iniciativas e demandas têm chegado tanto ao meu gabinete quanto ao do nobre Deputado Domingos Sávio, que hoje também é uma referência na Assembléia Legislativa. Gostaria de transbordar essa alegria no meu coração de termos tido essa vitória.

Na pessoa do Deputado João Leite, agradeço ao Presidente desta Casa, que prontamente se disponibilizou a marcar e a agendar esta audiência, esta reunião comemorativa. Apesar da sua ausência, agradeço ao Secretário Gilman, que está sempre conosco em todas as ocasiões que dizem respeito a temas afins da nossa classe. Gostaria que estivesse aqui conosco.

Parabenizo a Escola de Veterinária. Como o templo, como a construção de carne é muito mais importante do que a de pedra, parabenizo cada um que está aqui hoje. Como o templo vivo é muito mais forte do que o templo de frio, das pedras, mais do que toda aquela estrutura erguida naquele local da Escola de Veterinária, com muita eficácia e eficiência, estão de parabéns os professores, os funcionários, os alunos, enfim, todos aqueles que contribuíram para que a escola chegasse aonde chegou, aos seus 75 anos, realmente com toda a glória, contribuindo com o desenvolvimento do nosso país.

Portanto me sinto honrado e feliz por ter me formado nessa escola; aliás, mais feliz ainda de ser hoje, na Assembléia Legislativa, com o meu colega Domingos Sávio, um representante dessa maravilhosa classe de médicos-veterinários. Parabéns!

Palavras do Deputado Domingos Sávio

Exmo. Sr. Deputado João Leite, representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Magnífico Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Prof. Ronaldo Tadeu Pena; Digníssimo Diretor da Escola de Veterinária da UFMG, Prof. Francisco Carlos Faria Lobato; Exmo. Vereador Paulo Lamac, 1º-Vice-Líder de Governo da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Presidente do nosso Conselho Regional de Medicina Veterinária e colega Fernando Cruz Laender; prezado amigo e digno Presidente da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária, colega Lucas Augusto Soeiro Pinheiro; Exmo. Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, nosso colega Altino Rodrigues Neto; meu querido e fraterno amigo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, Deputado Eros Biondini; minhas colegas e meus colegas médicas e médicos-veterinários; meus professores, é com enorme alegria que os vejo na Casa do povo mineiro. Há muitos anos, nesta mesma Casa, neste mesmo espaço legislativo, criava-se a nossa gloriosa Escola de Veterinária do Estado de Minas Gerais, embora hoje ela seja da Universidade Federal. Esse significado nos coloca bastante à vontade, mas, ao mesmo tempo, como disse o Deputado Eros Biondini, faz com que deixemos a emoção nos conduzir, tomar conta das nossas palavras, porque é um momento extremamente rico de emoção.

Estamos aqui reunidos, comemorando essas bodas de diamante, mais que isso, uma história de vida, de produção de conhecimento, de lutas pelo crescimento não apenas de uma profissão digna, mas, acima de tudo, de uma profissão que interage com toda a sociedade, buscando o desenvolvimento social e econômico de nossa gente. Uma escola que, ao cumprir esse papel de forma digna, se firma hoje no cenário acadêmico e universitário brasileiro, da América Latina e mundial como uma das exemplares unidades de ensino que possuímos no Brasil. Orgulhamo-nos disso há muito tempo, porque essa escola foi forjada, foi construída, como disse o Deputado Eros Biondini, muito mais pelo calor, pela tempera dos seus sonhadores e lutadores, dos seus professores e alunos; hoje, já são quase que 5 mil médicos veterinários graduados, quase mil mestres e algumas dezenas, talvez centenas de doutores. Portanto algo que se construiu muito mais no calor humano que na frieza das pedras. A emoção também de poder reencontrar mestres e colegas: colega Marília; seu pai, nosso querido Prof. Joaquim; meu querido Prof. Biondini, grande mestre, referência no Brasil e em toda a América, pela sua dedicação, pelo seu empenho, pela sua humildade, pelo seu jeito carinhoso, modesto, escondendo um grande coração, sempre referência para todos nós, que tivemos o privilégio de ser seu aluno. Faço essa menção com o mesmo carinho como se estivesse nominando cada um dos mestres que aqui estão e que não puderam vir, porque é, de fato, no calor dessa emoção, que construímos esses 75 anos de história. Uma história de que tive o privilégio de participar.

Hoje, ao folhear material extraído do "site" da nossa Escola, tive a ousadia de, de próprio punho, acrescentar um item. De fato, a Escola construiu uma história de dedicação e muito zelo desde o seu início, em 1920, e efetivamente, em 1932, com a instalação do curso superior de Medicina Veterinária. Quando ali cheguei, ao final da década de 70, período em que ainda buscávamos resgatar a democracia no Brasil, a Escola de Medicina Veterinária, essa magnífica referência de educandário, de universidade mesmo, já era, graças a seus professores, alunos, servidores e funcionários, palco de um movimento bonito de transformação de sua grade curricular. Tive o privilégio de, aluno ainda dos primeiros períodos, ter voz ao lado de mestres como o Prof. Biondini e tantos outros que aqui estão, o Álvaro e outros companheiros, para discutir o currículo de Medicina Veterinária, que, no início da década de 80, passava de quatro para cinco anos, numa mudança substancial não apenas de carga horária como também de conteúdo e diversificação de aulas teóricas e práticas. Tudo isso, Deputado João Leite, numa época em que a liberdade de expressão e de organização era mero anseio de todos nós. Em tempos ainda difíceis, a Escola de Veterinária construía, de forma participativa, o seu futuro, e está sempre a reconstruí-lo com o vigor de uma jovem de 75 anos.

Portanto é com muita emoção, com a voz mesmo embargada, que me lembro de coisas como essas e também de que fui o orador da minha turma. Lembro-me bem do Prof. Paulo Roberto, Diretor da Escola à época, dizendo-me: "Domingos, você não vai falar muito, não é? E o discurso, você poderia escrever". Mas eu nunca fui de fazer discurso escrito. Isso faz parte da natureza de cada um. Eu já incomodava alguns professores para falar da criação da Associação Veterinária de Orientação Profissional, a Avop. Mesmo em tempos difíceis, queríamos discutir a participação profissional do veterinário nas atividades sociais e, obviamente, no exercício de sua profissão. Tempos aqueles em que - como há pouco me lembrou o Ailton, falando baixinho - a gente vendia rifa para fundar o PT. Sou Deputado pelo PSDB, sem haver nisso nenhuma incoerência. Processo de transformação, processo de evolução, como brinco com meus colegas do PT. Não é, Deputado João Leite? Tudo isso, com muito respeito, com muita fraternidade.

Sem dúvida, aquele foi um momento rico no processo de evolução da democracia no Brasil, que, à época, era absolutamente incipiente. Hoje, apesar de instalada, ainda padece de mazelas que a todos preocupam.

Ao me preparar para falar em nome dos colegas veterinários na cerimônia de formatura, eu já trazia comigo o sentimento de um médico-veterinário formado com extremo compromisso social. E é isso o que sinto da nossa Escola de Medicina Veterinária da UFMG. Seus líderes têm compromisso social permanente. Não é por acaso que trouxe para esta Casa o Deputado Eros Biondini e eu. Nós dois inauguramos uma era de médicos-veterinários no Parlamento mineiro, para dizer que cuidamos dos animais pensando em produzir uma vida melhor para todos os seres humanos.

É esta a Escola que amamos. Parabéns pelos seus 75 anos.

Palavras do Reitor Ronaldo Tadeu Pena

Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente desta reunião, aqui representando o Deputado Alberto Pinto Coelho; caro Prof. Francisco Carlos Faria Lobato, Diretor da Escola de Veterinária da UFMG; prezado Vereador Paulo Lamac, aqui representando a Câmara Municipal; Sr. Fernando Laender, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária; Dr. Lucas Augusto Soeiro Pinheiro, Presidente da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária; Dr. Altino Rodrigues Neto, Diretor do Instituto Mineiro de Agropecuária; meus caros Deputados Dr. Eros Biondini e Dr. Domingos Sávio, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem e ilustres ex-alunos de nossa Universidade; senhoras e senhores, há 80 anos, um grupo de ilustres mineiros criava, com o significativo apoio do governo do Estado e da Assembléia Legislativa, a Universidade de Minas Gerais. Em 1949 a instituição foi federalizada, mas foi só na década de 60 que tivemos a palavra federal associada a nosso nome. A criação, em 7/9/27, foi o resultado da união de quatro escolas de ensino superior, então existentes na jovem cidade de Belo Horizonte. Tratava-se da Faculdade de Direito, que de fato houvera sido criada em 1892 em Ouro Preto e que para aqui veio transferida junto com a inauguração da nova Capital; da Faculdade de Farmácia e Odontologia, criada em 1907, portanto completando um centenário neste ano; da Faculdade de Medicina e da Escola de Engenharia, ambas criadas em 1911. Gosto de imaginar esse início de século da nossa querida Capital Belo Horizonte. Creio que havia uma grande efervescência e uma enorme preocupação em fazer avançar o ensino superior, como todos sabemos, tão essencial ao desenvolvimento de um país e de uma região.

O projeto da criação da Universidade estava associado à visão dos estadistas de então sobre a importância de se formar quadros regionais. Sabia-se que era essencial formar uma massa crítica de profissionais capazes de gerir o Estado, contribuir para o seu desenvolvimento econômico, cultural e social e oferecer à população mineira melhores e mais justas condições de vida.

A criação da Escola de Veterinária, inicialmente em Viçosa, cinco anos após, em 1932, e sua posterior transferência para Belo Horizonte e incorporação à nossa Universidade pode ser vista como um passo essencial na efetivação da tarefa que se colocava de formação de quadros de pessoal para o desenvolvimento de Minas Gerais. Afinal, em um Estado caracterizado pela economia agrária, a existência de um centro formador de profissionais dedicados à área da produção animal representava e representa uma enorme conquista.

Hoje, 75 anos após, podemos comemorar a excepcional contribuição que a nossa Escola de Veterinária tem oferecido a Minas Gerais e ao País.

Nesse período foram graduados 4.462 médicos-veterinários. Na pós-graduação, em 38 anos de seu programa, a Escola titulóu 876 mestres em Medicina Veterinária, 543 mestres em Zootecnia e 297 doutores em Ciência Animal. Esses dados mostram que nossa Escola de Veterinária dá conta da tarefa que lhe cabe na formação de recursos humanos, elemento imprescindível ao desenvolvimento econômico, social e humano. É preciso ainda lembrar que essa formação, tanto na graduação quanto na pós-graduação, é de altíssima qualidade. Nosso curso de graduação em Medicina Veterinária sempre recebeu nota máxima nas avaliações do MEC. Agora, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade -, contribui decisivamente para que a UFMG ocupasse o primeiro lugar entre todas as centenas de universidades avaliadas. De acordo com reportagens veiculadas em jornal de circulação nacional do Rio de Janeiro, "O Globo", 80% de nossos cursos avaliados obtiveram nota máxima; os outros 20% obtiveram nota 4, que é a nota seguinte. A Veterinária foi um que obteve a nota máxima. O programa de pós-graduação em Ciência Animal atingiu o conceito 7 na Capes. Esse conceito, conceito máximo, é dado aos cursos de qualidade internacional. Caro Presidente João Leite, em veterinária, estamos no topo do mundo. Isso é muito bom, pois nos mantemos com recursos públicos e não podemos ter desculpas para não usá-los de forma exemplar. Precisamos e temos qualidade e relevância.

É importante ainda dizer, senhoras e senhores, que essa alta qualificação acadêmica expressa o compromisso cotidiano da UFMG e de sua Escola de Veterinária com questões que, vivenciadas pela sociedade, tornam-se elementos de investigação científica, produção de conhecimentos e formação profissional. O desenvolvimento de uma universidade é sempre o resultado da ação das pessoas. Assim, a qualidade aqui mencionada deve-se à competência da gestão dos sucessivos Diretores da Escola ao longo do tempo, deve-se à dedicação dos professores e funcionários, técnicos e administrativos, e deve-se também ao alto desempenho de seus estudantes. Os três segmentos - docentes, discentes e técnicos - têm de andar bem. Isso acontece com clareza no caso da Escola de Veterinária.

Um outro ponto a destacar no caso da Escola, que hoje recebe esta importante homenagem da Assembléia Legislativa de nosso Estado, é a excepcional relação do ensino, da pesquisa e da extensão com os problemas e as demandas da sociedade. Lembro aqui, apenas como exemplo, a atuação do Hospital Veterinário, que atende a mais de 6 mil casos por ano; a ação qualificada de cidadania, que se materializa no projeto com os carroceiros de Belo Horizonte; as atividades de pesquisa e extensão que se realizam nas duas fazendas - uma em Igarapé e outra em Pedro Leopoldo. Ressalto o pioneirismo do Laboratório de Análise da Qualidade do Leite, que analisa mais de 20 mil amostras por mês. Na área de pesquisa, destaco ainda aquelas tão essenciais ao desenvolvimento da pecuária, item, como sabemos, tão importante e fundamental na nossa pauta de exportações, quais sejam o melhoramento genético e a nutrição animal.

Somos um nó importante da Rede Mineira de Biotecnologia para a Agropecuária - RMBA -, cujo objetivo é promover a capacitação tecnológica de Minas Gerais nas áreas de genômica funcional, genética molecular e biossegurança. A meta é dar suporte ao crescimento sustentável do setor agropecuário mineiro.

A atuação da Escola de Veterinária, em particular, e da UFMG, de Minas Gerais, de modo geral, demonstra o estreito vínculo que se estabelece entre as demandas da sociedade e o mundo acadêmico. Temos a clara consciência da relevância da produção de conhecimentos, por meio da pesquisa, para a constituição de um País soberano, altivo e zeloso da autonomia de seus cidadãos.

Termo agradecendo sensibilizado a esta Casa Legislativa, na pessoa dos Deputados Eros Biondini e Domingos Sávio. Agradecemos a

homenagem que prestam à Escola de Veterinária da UFMG.

Meus colegas da universidade, entendo que esta solenidade, ao tempo em que expressa o reconhecimento ao trabalho realizado, também implica maior responsabilidade nossa, um sempre renovado compromisso com a cidade de Belo Horizonte, que nos acolhe, com o povo mineiro e com o nosso país. Esse compromisso, que se realiza no esforço de construção de uma nação digna de seus filhos, podem ter a certeza, Srs. Deputados, senhoras e senhores, é o norte, é a bússola que orienta a nossa UFMG, que orienta a nossa Escola de Veterinária. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado João Leite, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega aos Profs. Francisco Carlos Faria Lobato, Diretor da Escola de Veterinária da UFMG, e Ronaldo Tadeu Pena, Magnífico Reitor dessa universidade, de placa alusiva a esta homenagem. Para tanto, solicitamos a estes a gentileza de se posicionarem no local indicado pela equipe do cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: "Uma instituição de excelência, dedicada a formar profissionais de alto nível, capazes de satisfazer as rígidas exigências dos vários campos da veterinária, como biossegurança da produção, melhoramento genético, saúde animal e saúde pública, visando ao benefício da sociedade. A homenagem e o reconhecimento do Legislativo estadual à Escola de Veterinária da UFMG, de Minas Gerais, pelos 75 anos de serviços prestados à ciência e à comunidade".

O Sr. Presidente - Gostaria de convidar os Deputados e médicos-veterinários Domingos Sávio e Eros Biondini para me acompanharem neste ato.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Francisco Carlos Faria Lobato

Boa-noite. Exmo. Sr. Deputado João Leite, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Prof. Ronaldo Tadeu Pena, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais; Vereador Paulo Lamac, 1º-Vice-Líder de Governo da Câmara Municipal de Belo Horizonte; nosso amigo Fernando Cruz Laender, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV-MG -; Lucas Augusto Soeiro Pinheiro, Presidente da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária; nosso grande amigo Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -; Deputados Domingos Sávio e Eros Biondini, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem; meus queridos amigos e colegas da Escola de Veterinária; as luzes deste augusto auditório, palco das grandes decisões que ditam os destinos de Minas e traçam os rumos para o seu grande futuro, constituem hoje o ornamento espiritual desta seleta platéia, impregnando-a com o aroma da amizade e do contentamento, como se fora, num passe de mágica, o próprio néctar dos deuses soprado em brisas suaves do Olimpo, para vir nesta hora inebriar os nossos corações.

Na qualidade de Diretor da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais, coube-me a honrosa incumbência de externar os sentimentos que nos vão no fundo da alma e tocam, profundamente, cada componente dessa notável casa de ensino e formação profissional, seus dirigentes, professores, alunos, funcionários de todos os setores e categorias.

Fruto do sonho dourado de pioneiros e predestinados, que, num ato de arrojo, coragem e determinação, vislumbraram a grande necessidade do aprimoramento do ensino e da prática da veterinária nos diversos e variados segmentos e especialidades, como fator básico para o próprio desenvolvimento do Estado nesse importante setor da economia de Minas e do Brasil, tomaram a corajosa iniciativa de criar, já no longínquo ano de 1932, essa Escola, aqui e agora homenageada, calorosa e solenemente, por esta augusta Assembléia, através da proposição dos ilustríssimos colegas e Deputados Eros Biondini e Domingos Sávio.

Desde a sua criação, essa Escola formou milhares de veterinários, que atuaram e atuam em todas as áreas da ciência veterinária dentro e fora do País. Atualmente, contamos com 90 docentes do quadro permanente, quatro professores substitutos, sendo mais de 90% doutores. A Escola conta também 113 técnicos administrativos e 64 funcionários da nossa fundação. Os nossos docentes do passado e de hoje se fazem presentes nos cenários científicos nacional e internacional, com valiosíssima contribuição, que pode ser traduzida em milhares de produções científicas e tecnológicas, cujos benefícios muito extrapolam as fronteiras do academicismo.

A nossa pós-graduação é a única da área veterinária que possui o nível máximo do País. Desde a sua implementação há 40 anos, já foram formados quase 2 mil mestres e doutores.

O Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, também motivo de grande orgulho para todos nós, em seus 64 anos de existência, já publicou 196 fascículos em 59 volumes, sendo hoje classificada como Qualis A Internacional.

Seria por demais longo, se assinalasse todas as grandes conquistas e realizações no percurso da luminosa trajetória que coloca nossa Escola merecedora do reconhecimento, do respeito e da admiração de todos os setores da nossa sociedade.

Para consecução desse destaque, deve ela ao trabalho permanente e precioso de todos os que nela labutam e labutaram, com desprendimento e dedicação. É dever de justiça referirmo-nos também aos seus ex-servidores, muitos deles aqui presentes. Gostaria de nominar, principalmente, os Profs. Joaquim, Biondini, Bernis, Girão, Gilberto, Ivan e a Profª Zélia, que tanto contribuíram para a Escola.

Após tantos anos de trabalho, todos os professores e servidores que passaram pela Escola de Veterinária continuam, de forma firme, ligados a ela por laços de permanente e eterna amizade. De maneira especial, queremos ressaltar os nomes dos ilustres Deputados Eros Biondini e Domingos Sávio, ex-alunos da nossa Escola e que hoje prestam brilhante trabalho ao nosso Estado, colocando a tribuna desta Casa como sentinela avançada das aspirações e das esperanças do povo mineiro e, de maneira especial, da classe veterinária. A eles, à Mesa e aos Deputados externamos os nossos agradecimentos pela homenagem que tributam nesta oportunidade à Escola de Veterinária.

Difícil é encontrar palavras que possam traduzir com fidelidade o que vai no mais fundo de nossa alma nesta hora de emoções e neste ambiente de luzes e de vibração. Na pessoa do Sr. Presidente em exercício nesta reunião, Deputado João Leite, e em nome da Escola de Veterinária da UFMG, valemo-nos dos versos imortais de Camões para externar todo o nosso reconhecimento e nossa permanente gratidão: "E que viva a alma e a esperança, e tudo que tenho, tudo é vosso, e o proveito de tudo só eu levo. Pois é tamanha a bem-aventurança, o dar-vos tudo quanto tenho e quanto posso, que, tanto mais vos pago, mais vos devo!". Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Coral da Assembléia Legislativa, que, sob a regência do maestro Guilherme Bragança, acompanhado pelo pianista Antônio Carlos de Magalhães, apresentará as canções "Jardim da Fantasia", de Paulinho Pedra Azul, "God is a Spirit", de William Bennett, e "Oração de São Francisco", de Pe. Ilara.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Ronaldo Tadeu Pena, Magnífico Reitor da UFMG; Prof. Francisco Carlos Faria Lobato, Diretor da Escola de Veterinária da UFMG; Vereador Paulo Lamac, 1º-Vice-Líder de Governo, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Fernando Cruz Laender, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária; Lucas Augusto Soeiro Pinheiro, Presidente da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária; Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -; Deputados Domingos Sávio e Eros Biondini, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Há 75 anos, a Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais não apenas forma sucessivas gerações de profissionais como também fomenta pesquisas, práticas e métodos de melhoramento genético, bem como a produção e o controle de vacinas e a inspeção de qualquer produto de origem animal.

Portanto, além de obter excelente formação em medicina veterinária, uma de suas áreas tradicionais de habilitação, seus alunos e ex-alunos têm prestado inestimáveis serviços a Minas Gerais e a Estados vizinhos, no tocante tanto às atividades pecuárias ou de avicultura, em seus aspectos econômicos e sociais, quanto à saúde pública, cuidando da prevenção de doenças e também da qualidade do alimento consumido pela população.

Desenvolvendo a prática profissional em seu hospital veterinário, em duas fazendas experimentais e em mais de cem laboratórios, assistidos por um professorado altamente qualificado, com uma quase totalidade de doutores, municiados por artigos científicos publicados em uma revista de renome internacional, mais de quatro mil profissionais tiveram a oportunidade de se graduar na instituição.

Juntam-se a esse número os mais de 1.500 mestres e cerca de 300 doutores que vêm abrindo novas fontes de conhecimento e contribuindo para que a Escola de Veterinária tenha todo o respeito dos órgãos de incentivo à pesquisa do País e do exterior.

Tudo isso se reflete numa das mais baixas taxas de evasão na universidade brasileira, pois, em média, 95% dos alunos têm concluído o curso. Ao encarar com absoluta seriedade sua missão e oferecendo o melhor conteúdo pedagógico, a Escola de Veterinária nunca decepcionou a vocação de seus alunos.

Os primeiros quatro diplomados, em 1935, certamente não imaginariam que aquela reduzida turma representaria o capítulo inicial de uma história que merece esta comemoração.

Sua direção, seus professores, alunos e funcionários são partes integrantes desta homenagem que a Assembléia Legislativa realiza, em nome de todos os cidadãos mineiros. Todos nos orgulhamos dessa querida Escola, já que sentimos no cotidiano de toda a população os bons efeitos advindos de suas atividades, que, há mais de sete décadas, têm-se espraído em prol de toda a comunidade.

Muito obrigado!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de terça-feira, dia 26, às 9 horas, e para a reunião extraordinária também de terça-feira, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 22/5/2007

Às 10h20min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis (substituindo o Deputado Hely Tarquínio, por indicação da Liderança do PV) e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa, Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa (substituindo este ao Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Cesar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e, logo após, lê a correspondência do Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do Bloco Social Democrata, indicando o Deputado Neider Moreira para membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, na vaga do Deputado Gil Pereira. A seguir, acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.036, 1.046 e 1.051/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 1.027, 1.034, 1.037, 1.040, 1.041 e 1.045/2007 (Deputado Sebastião Costa); 1.020, 1.035 e 1.047/2007 (Deputado Delvito Alves); 1.015, 1.025, 1.028/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.019, 1.033, 1.039 e 1.042/2007 (Deputado Hely Tarquínio); e 1.017, 1.023, 1.029, 1.043 e 1.050/2007 (Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 954/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); 19, 293, 486, 538 e 829/2007 todos na forma do Substitutivo nº 1, 535 e 609/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); 412, 852 este com a Emenda nº 1 e 1.025/2007 este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 429, 610, 768 e 922/2007 todos na forma do Substitutivo nº 1, 448, 700 este com as Emendas nºs 1 e 2, 946/2007 este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 495/2007 com as Emendas nºs 1 e 2, 586/2007 este com as Emendas nºs 1 a 3, (relator: Deputado Delvito Alves); 615/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 758/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 5/2007 e Projeto de Lei nº 491/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); Projeto de Lei Complementar nº 10/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); Projetos de Lei Complementar nº 16/2007, e Projeto de Lei nºs 467, 480, 499, 516 e 652/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 90 e 500/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 574/2007 (relator: Deputado Delvito Alves). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 18/2007 no 1º turno deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação

de prazo solicitada pelo relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em virtude de redistribuição). Os Projetos de Lei nºs 330, 755 e 962/2007 são retirados da pauta, a requerimento do Deputado Gilberto Abramo, aprovado pela Comissão. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 431, 582, 808/2007 (este em virtude de redistribuição) e 858/2007 no 1º turno deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Gilberto Abramo. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 438 e 863/2007 no 1º turno deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Sebastião Costa. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Delvito Alves, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 468/2007 no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Gilberto Abramo. Os Projetos de Lei nºs 513 e 826/2007 são retirados da pauta, a requerimento do Deputado Sebastião Costa, aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei nº 753/2007 é retirado da pauta, a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, aprovado pela Comissão. São convertidos em diligência à Secretaria de Planejamento e Gestão os Projetos de Lei nºs 817, 880, 882, 991, 994 e 996/2007 e à Secretaria de Fazenda o Projeto de Lei nº 957/2007. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 390, 830, 837, 883, 884, 926, 968 este com a Emenda nº 1 e 1.000/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 606, 658/2007 este com a Emenda nº 1, 777, 875 e 1.002/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 785, 846, 906, 936, 958, 975, 990 e 1.001/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 786, 974 e 1.009/2007 (relator: Sebastião Costa); 976 e 1.012/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 916 e 969 ambos com a Emenda nº 1, 971, 981, 984 e 997/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 779 e 912/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 874 e 913/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 902, 908 (este redistribuído ao Deputado Neider Moreira), 918, 919, 921, 941, 948, 959, 960, 967, 979, 980, 985, 986, 987, 993, 999, 1.003 e 1.037/2007. Submetido a votação, é aprovado o requerimento de autoria dos Deputados Gilberto Abramo e Sargento Rodrigues em que solicitam seja realizada audiência pública pela Comissão de Educação para discutir a pertinência do Projeto de Lei nº 412/2007 e outras matérias correlatas, sendo convidada, entre outras, a Secretária de Educação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa - Sargento Rodrigues - Delvito Alves - Neider Moreira - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio.

ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/6/2007

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada, Carlos Pimenta e Gustavo Corrêa (substituindo este ao Deputado Jayro Lessa, por indicação do DEM), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalcleber Lopes, Fábio Avelar, Sargento Rodrigues, Weliton Prado, Getúlio Neiva e Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão; e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" de 12/6/2007: ofícios dos Srs. Marx Fernandes dos Santos e Dimas Wagner Lamounier, respectivamente, Gerente Regional de Negócios e Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal; Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito Municipal de Ouro Preto, e Celso Giglio, Deputado Federal. A seguir, comunica que foi prorrogado até o dia 18/6/2007 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 1.070/2007 (LDO) e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 522/2007 (Deputado Zé Maia); 931/2007 (Deputado Antônio Júlio) e 932/2007 (Deputado Sebastião Helvécio), no 2º turno; e Projetos de Lei nºs 176/2007 (Deputada Elisa Costa), 386/2007 (Deputado Antônio Júlio) e 1.027/2007 (Deputado Jayro Lessa), no 1º turno. O Deputado Carlos Pimenta se retira da reunião, e o Deputado Sargento Rodrigues passa a substituir o Deputado Sebastião Helvécio, por indicação do PDT. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer em que o relator, Deputado Zé Maia, conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, são apresentadas a proposta de substitutivo nº 2, pela Deputada Elisa Costa e pelo Deputado Weliton Prado, e as propostas de emenda nºs 1 e 2, pelo Deputado Sargento Rodrigues. Submetido a votação, é o parecer aprovado, salvo as propostas de substitutivo e de emenda. Submetidas a votação, são rejeitadas as propostas de substitutivo e de emenda. Suspende-se a reunião. Às 14 horas, são reabertos os trabalhos, com a presença da Deputada Elisa Costa e dos Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Gustavo Corrêa (substituindo este ao Deputado Jayro Lessa, por indicação do DEM). Na fase de discussão do parecer em que o relator, Deputado Lafayette de Andrada, conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 597/2007 na forma do Substitutivo nº 1, é apresentada a proposta de substitutivo nº 1, pela Deputada Elisa Costa. Submetido a votação, é o parecer aprovado, salvo a proposta de substitutivo. Submetida a votação, é rejeitada a proposta de substitutivo. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 852/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada. Os Projetos de Lei nºs 11, 433 e 1.137/2007 são retirados da pauta, o primeiro, atendendo-se a requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão, e os demais, por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Registra-se a presença do Deputado Agostinho Patrús Filho. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 652/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que pede sejam solicitadas ao Secretário de Fazenda providências para o cumprimento da Lei nº 15.757, de 2005, especialmente no que se refere à concessão de isenção de ICMS aos portadores de deficiência visual ou mental e autistas não habilitados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2007.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Sebastião Helvécio - Elisa Costa.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 56ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 26/6/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Ciclo de Debates PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007/2023 - Estratégia de Desenvolvimento.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a aposentadoria especial do servidor policial civil. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação da Emenda nº 3 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4 e 5.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 522/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóveis que descreve ao Município de Novo Cruzeiro. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 597/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.190, de 22/6/2006, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Poder Executivo e das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 931/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conselheiro Lafaiete o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 932/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mar de Espanha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 73/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação, por hospitais e outras unidades de saúde, ao órgão de vigilância sanitária, de casos de intoxicação alimentar e patologias digestivas assemelhadas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 26/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.280/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 17/2007, da Procuradoria-Geral da Justiça; 12/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 23/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 37/2007, do Deputado André Quintão; 164/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 1.093 e 1.144/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 15 e 18/2007, do Deputado Eros Biondini; 39/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 80/2007, do Deputado Weliton Prado; 125/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 470/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; 588/2007, do Deputado Weliton Prado; 728/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 865/2007, do Deputado Ruy Muniz; 898/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.008/2007, do Deputado Neider Moreira; 1.019/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.028/2007, do Governador do Estado; 1.065/2007, do Deputado Sebastião Costa; 1.069/2007, do Deputado Weliton Prado; 1.128/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; 1.133/2007, do Deputado Jayro Lessa; 1.141/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.149/2007, do Deputado Durval Ângelo e do Deputado André Quintão; 1.182/2007, do Governador do Estado; 1.190/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.215/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 1.221/2007, do Governador do Estado; 1.236 e 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira; e 1.240/2007, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.245/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 26/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 19/2007, do Deputado Eros Biondini; e 963/2007, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 713/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; e 720/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 26/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.177/2007, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 806/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.053/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr..

Requerimento nº 736/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 26/6/2007, destinada à realização do ciclo de debates "PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007/2023 - Estratégia de Desenvolvimento".

Palácio da Inconfidência, 25 de junho de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 26/6/2007, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a aposentadoria especial do servidor policial civil; e dos Projetos de Lei nºs 73/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação, por hospitais e outras unidades de saúde, ao órgão de vigilância sanitária, de casos de intoxicação alimentar e patologias digestivas assemelhadas e dá outras providências; 522/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóveis que descreve ao Município de Novo Cruzeiro; 597/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.190, de 22/6/2006, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Poder Executivo e das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças e dá outras providências; 931/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de

Conselheiro Lafaiete o imóvel que especifica; e 932/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mar de Espanha o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de junho de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo, Getúlio Neiva e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2007.

Padre João, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ronaldo Magalhães, Neider Moreira e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2007.

Weliton Prado, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 436, 448 e 535/2007, do Deputado Leonardo Moreira, e 964/2007, do Deputado Délio Malheiros; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2007.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2007

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Délio Malheiros, Lafayette de Andrada e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2007.

Antônio Júlio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de, com a presença de convidados, obter esclarecimentos sobre proibição de visita desta Comissão a carceragens de delegacias neste Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Maia, Adalcleber Lopes e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2007, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2007.

Jayro Lessa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2007, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 17/2007, do Procurador-Geral de Justiça, dos Projetos de Lei nºs 557/2007, do Deputado Padre João, e 966/2007, do Deputado Délio Malheiros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos; as Deputadas Rosângela Reis e Elisa Costa e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e Walter Tosta, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para a reunião a ser realizada em 28/6/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre o aumento do número de acidentes de trabalho com vítimas fatais, a partir do ano de 1999, e debater a precarização das relações de trabalho e violações aos direitos fundamentais por parte da Cemig, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 657/2007

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Saúde Solidária - Asas -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/4/2007, vem a matéria a esta Comissão, para exame preliminar dos aspectos referentes à juridicidade, à constitucionalidade e à legalidade, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 657/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação Saúde Solidária, constituída e em funcionamento há mais de um ano, com personalidade jurídica e diretoria composta por pessoas idôneas, que não percebem remuneração pelo exercício de seus cargos. Além disso, o parágrafo único do Capítulo V, introduzido em seu estatuto por meio de alteração ocorrida em 13/5/2007, estabelece que nenhum membro da diretoria nem associado têm direito a remuneração pelos serviços prestados. Ainda, o art. 31 do estatuto dispõe que, no caso de dissolução, o patrimônio remanescente será transferido a pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip -, nos termos da Lei nº 9.790, de 1999, preferencialmente com o mesmo objetivo social.

A instituição atende à exigência consubstanciada no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, reguladora do processo declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 657/2007.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Jayro Lessa, relator - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.072/2007

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, a proposição em epígrafe tem por objetivo seja dada denominação à escola estadual de Revés do Belém, localizada no Município de Bom Jesus do Galho.

O projeto foi considerado jurídico, constitucional e legal pela Comissão de Constituição e Justiça, e agora vem a este órgão colegiado a fim de ser apreciado conclusivamente, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.072/2007 tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual João Paulo II à escola estadual de Revés do Belém, situada na Avenida dos Eucaliptos, nº 100, no Distrito de Revés do Belém, no Município de Bom Jesus do Galho.

O Governador do Estado informa, em sua mensagem, tratar-se de proposta que resulta de pedido formulado pelo colegiado da referida escola estadual de ensino fundamental e médio, o qual, por unanimidade dos votos dos seus membros, homologou a indicação do nome Escola Estadual João Paulo II para denominá-la, em homenagem ao grande líder religioso do século XX, que muito lutou pela paz mundial.

A Secretaria de Estado de Educação, convidada a manifestar-se sobre a pretendida alteração de nome, ratificou a decisão daquele colegiado escolar.

Em nosso entendimento, é justa, portanto, a homenagem que ora lhe presta o Estado, atendendo ao manifesto desejo daquela comunidade.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.072/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2007.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.187/2007

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Fahim Sawan, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Instituto Scala, com sede no Município de Sacramento.

O projeto foi publicado no "Diário do Legislativo" de 31/5/2007 e distribuído a esta Comissão a fim de ser examinado preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determinam os arts. 102, III, "a" e 188 do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.187/2007 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Scala, com sede no Município de Sacramento.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências ali mencionadas, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto da entidade determina, no § 2º do art. 13, que as atividades dos Diretores e Conselheiros serão inteiramente gratuitas; e, no art. 27, que, em caso de sua dissolução, os bens remanescentes serão destinados a instituição congênera registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.187/2007.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Helvécio, relator - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.197/2007

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Habitacional do Bairro Vale Verde, com sede no Município de Timóteo.

O projeto foi publicado no "Diário do Legislativo" de 31/5/2007 e distribuído a esta Comissão a fim de ser examinado preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determinam os arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.197/2007 tem como finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Habitacional do Bairro Vale Verde, com sede no Município de Timóteo.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências ali mencionadas, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no § 3º do art. 9º, que seus Diretores, Conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes não serão remunerados; e, no art. 29, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere com sede no Município de Timóteo, juridicamente constituída e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.197/2007.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Helvécio, relator - Sebastião Costa - Sávio Souza Cruz.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.209/2007

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.209/2007, do Deputado Wander Borges, tem como escopo seja instituído o Dia Estadual do Vendedor Ambulante.

Em cumprimento ao disposto nos arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno, a proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 1º/6/2007 e, em seguida, distribuída a este órgão colegiado, a fim de ser apreciada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.209/2007 propõe seja o dia 7 de outubro instituído como Dia Estadual do Vendedor Ambulante.

A República Federativa do Brasil caracteriza-se essencialmente pela repartição de competências entre a União, os Estados membros, o Distrito Federal e os Municípios, todos dotados de autonomia política, administrativa e financeira, desfrutando de competência legislativa própria, respeitados os limites do ordenamento jurídico.

A delimitação da competência do Estado membro consta no § 1º do art. 25 da Carta brasileira. É a chamada competência residual, que lhe reserva as matérias que não se enquadrem no campo privativo da União (art. 22) ou do Município (art. 30).

Tendo em vista os dispositivos mencionados, a instituição de data comemorativa não constitui assunto de competência privativa da União ou do Município e pode ser objeto de disciplinamento jurídico por parte do Estado membro.

Importante esclarecer que o art. 66 da Carta mineira, ao enumerar as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Assembléia e dos titulares do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, não faz menção ao objeto da proposição que ora examinamos. Infere-se, portanto, que a qualquer membro deste Parlamento é facultada a iniciativa de projeto com tal objetivo.

Conclusão

Em face do aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.209/2007.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Helvécio, relator - Sebastião Costa - Sávio Souza Cruz.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 636/2007

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria dos Deputados Weliton Prado e Vanderlei Jangrossi, o projeto de lei em epígrafe, oriundo do desarquivamento do Projeto de Lei nº

2.637/2005, dispõe sobre o acesso dos portadores de deficiência visual aos livros didáticos nas bibliotecas públicas.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, que opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão, para receber parecer, em obediência ao art. 188, c/c o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob comento estatui que as bibliotecas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas deverão ofertar aos deficientes visuais acesso aos livros didáticos adotados no ensino fundamental e no ensino médio, por meio da inclusão, nos seus acervos, de exemplares em braile ou em outros meios físicos e virtuais alternativos.

A Comissão de Constituição e Justiça argumenta, em seu parecer que o art. 3º do projeto, que aponta a celebração de convênios com entidade de direito público ou privado como meio para implementação da lei, deve ser suprimido; por isso apresentou a Emenda nº 1, considerando que já é constitucionalmente prevista a competência privativa do Governador do Estado para firmar acordos desse tipo.

A Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, após examinar a matéria, informou que a proposição em pauta merece ser acolhida e aprimorada, o que fez por meio da apresentação do Substitutivo nº 1. Essa Comissão atesta em seu parecer que os serviços oferecidos pelas bibliotecas podem propiciar meios eficazes de integração do deficiente visual à vida ativa. O contato com os livros em braile e em áudio e com os vários recursos na área de informática hoje disponíveis para o deficiente visual é meio de proporcionar a esse público autonomia e independência.

A Comissão de Educação entendeu que o sistema estadual de bibliotecas públicas é composto por bibliotecas mantidas pelos Municípios. Com o intuito de dar suporte ao seu funcionamento e aprimorar os serviços por ela oferecidos, o Estado mantém programas de capacitação de recursos humanos e de distribuição de livros e outros; portanto, não deve a lei estadual criar obrigações diretas para as bibliotecas municipais, sob pena de ferir a autonomia conferida constitucionalmente aos Municípios para definir e manter os serviços próprios da administração municipal em relação às normas gerais estabelecidas pela União. Assim, essa Comissão considerou apropriado que o destinatário da lei seja o próprio Estado no âmbito da competência dos órgãos coordenadores do sistema estadual de bibliotecas.

A Comissão de Educação argumenta ainda ser conveniente também ampliar a abrangência da proposição no tocante aos serviços oferecidos pelas bibliotecas quanto ao lazer e à educação desse segmento da população. O acervo das bibliotecas não deveria restringir-se aos livros didáticos. O contato com obras literárias, publicações científicas, periódicos, etc. influi na formação cultural do indivíduo e estimula o prazer da leitura e o interesse por temas diversos.

Essa Comissão informa ainda, que a Lei Federal nº 7.853, de 1989, e o Decreto nº 3.298, de 1999, que a regulamenta, asseguram à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, incluindo os direitos à educação e à cultura, constituindo-se obrigação legal dos órgãos e das entidades do poder público de todas as esferas do governo.

As medidas propostas não geram despesas para o Estado, que já conta com programas sob responsabilidade das Secretarias de Educação, de Desenvolvimento Social e Esportes e de Cultura – como o programa de apoio às bibliotecas, afeto direto ou indiretamente ao objeto da proposição. Há, ainda, o Programa Nacional de Distribuição de Livros Didáticos, que está universalizando a distribuição de livros didáticos e paradidáticos em braile para a rede pública. A Secretaria de Educação tem acesso aos livros digitalizados e oferecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e pode compartilhá-los com outros órgãos e entidades para uso exclusivo de deficientes visuais. Há de se acrescentar, ainda, que a rede mundial de computadores oferece várias informações, recursos e tecnologias que possibilitam à pessoa com deficiência visual acessar seus conteúdos, como livros falados produzidos por organizações não governamentais, "softwares" de uso gratuito, como o Dosvox, e outras ferramentas, que, apenas com a orientação correta e investimentos de custo reduzido, se podem tornar instrumentos fundamentais para propiciar aos deficientes visuais o acesso à informação. Já a produção em braile, que é a mais onerosa, pode ser feita com o apoio de entidades privadas e conforme os recursos disponíveis.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 636/2007, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2007.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio, relator - Agostinho Patrús Filho - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 698/2007

Comissão de Segurança Pública

Relatório

O Projeto de Lei nº 698/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, "dispõe sobre a vigilância sanitária nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências".

Publicada no "Diário do Legislativo" de 10/4/2007, a proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XV, do Regimento Interno, a proposição foi encaminhada a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

A proposição em análise, de fundamental importância no âmbito das ações de controle sanitário nos estabelecimentos prisionais do Estado, vem a exame em hora oportuna e necessária, por ser de amplo conhecimento público as repugnantes condições das unidades prisionais.

Inúmeros relatórios, elaborados com base em visitas de membros da Comissão de Direitos Humanos desta Casa a carceragens do Estado, em conjunto com o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Pastoral Carcerária, têm apontado, de forma reiterada, as condições indignas de vários estabelecimentos para abrigar pessoas em cumprimento de pena.

Em celas superlotadas, seres humanos se agrupam enjaulados como animais, muitos acometidos por doenças como tuberculose, Aids, hanseníase, sarna e micoses de etiologias variadas. Em uma das unidades visitadas, com capacidade para 7 mulheres, estavam amontoadas, como coisas, 29 pessoas, encontrando-se, entre as várias detentas doentes, 2 gestantes. Nessa unidade carcerária, as necessidades fisiológicas eram feitas em sacolas plásticas, pois o único vaso sanitário era usado como suporte para um estrado em que se colocava um pedaço de espuma para que nele se amontoassem seis pessoas, dizendo que lá dormiam.

Essas condições das masmorras prisionais ferem de morte a Lei Federal nº 7.210 (Lei de Execução Penal), de 1984, que determina:

"Art. 82 - (...)

§ 1º - A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

Art. 88 - O condenado será alojado em cela individual, que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único - São requisitos básicos da unidade celular:

a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;

b) (...)

Art. 89 - Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres poderá ser dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a finalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa".

Além do aspecto precipuamente legiferante, a proposição em exame se reveste de um escopo humanitário, tendo em conta que por meio da determinação de que a Vigilância Sanitária se faça presente nos estabelecimentos prisionais, ela poderá estabelecer quais são os riscos aceitáveis para a saúde em cada unidade, tornando-se uma poderosa aliada na luta, que é de todos nós, por condições dignas no cumprimento da pena, um direito do encarcerado.

Ressaltamos outro aspecto fundamental da proposta, que, além de pretender alterar dispositivos da Lei de Execução Penal do Estado, propõe também alterações no Código Estadual de Saúde, para que nele conste a obrigatoriedade de aferição das condições de salubridade das unidades prisionais, não restando obstáculos de ordem legal ao exercício da ação que se pretende determinar.

Nas masmorras prisionais do Estado, sem a menor condição de salubridade, além das "epidemias carcerárias" que lá proliferam, grassa a mais perversa violação a direitos fundamentais da pessoa humana, que não deixa de ser cidadã por encontrar-se em cumprimento de pena restritiva de liberdade; portanto continua tendo vários outros direitos assegurados pela Constituição da República, sobretudo o direito fundamental de ter preservada a dignidade da pessoa humana.

A proposta em análise vem ao encontro das políticas públicas para melhoria do sistema prisional e conta com o nosso irrestrito apoio.

Conclusão

Em face dos argumentos acima expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 698/2007 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros, relator - Leonardo Moreira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/6/2007

O Deputado Roberto Carvalho* - Deputado Doutor Viana, Presidente em exercício, Vice-Presidente que muito honra esta Casa com a sua presença; Deputada Gláucia Brandão, Exma. Secretária; colegas presentes e todos aqueles que nos acompanham, boa tarde. Venho a esta tribuna para tratar de um assunto. Deputado Antônio Genaro, que Deus continue iluminando a sua carreira política e de fé. Receba também o abraço carinhoso de todos nós. Sr. Presidente, um dos assuntos mais importantes que esta Casa tem discutido e que discutiu, exaustivamente, na legislatura passada é a questão das regiões metropolitanas. Minas Gerais tem duas regiões metropolitanas: a região de Ipatinga, no Vale do Aço, e a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essas duas regiões respondem por quase 40% do Produto Interno Bruto que Minas produz e por quase 40% da população do Estado. Em cima disso, não dá para falar-se em solução, em desenvolvimento dos grandes problemas mineiros e em um outro estágio de Minas Gerais sem que passe pela solução da organização da Assembléia Metropolitana. Realizamos inúmeros debates, inúmeros seminários, diria que foi uma conquista coletiva do Legislativo mineiro. Aliás, o que cabe ao Legislativo, o que é tarefa do Legislativo - legislar -, muitas vezes, quando ele o faz, isso passa despercebido porque o Legislativo ficou muito tolhido das suas atribuições e competências. Mas essa é uma competência do Legislativo. Elaboramos aqui, junto com o Prefeito de Vespasiano hoje, então Deputado Francisco Simões, e nós dois entramos com as emendas constitucionais, que nos deram a possibilidade de fazer as leis complementares, cuja relatora foi a nossa querida Deputada Cecília Ferramenta. Demos a Minas e ao País, Deputado Getúlio Neiva, a legislação mais moderna que

existe hoje, eu diria, uma das mais modernas do mundo. A nossa legislação está sendo modelo para os países do Terceiro Mundo e também inspiração para os países do Primeiro Mundo. Pela primeira vez na história há uma organização da região metropolitana para gerir não só os problemas, mas, acima de tudo, encontrar as soluções e os caminhos para as regiões metropolitanas. A sociedade civil será parte integrante do poder metropolitano, atendendo, inclusive, à nova Lei das Cidades, que prevê isso, que prevê a modernidade do mundo, a verdadeira modernidade, que é a participação democrática dos cidadãos e das cidadãs em todos os sentidos da sua vida. Hoje não se concebe uma administração pública eficiente, moderna e eficaz sem a efetiva participação de seus cidadãos na discussão dos problemas e na busca de soluções. Aprovamos a legislação na legislatura passada. Precisamos dar corpo à nova assembléia metropolitana. Requalificamos a participação do Estado, atendendo a uma norma constitucional. Sem a decisiva participação do Estado, não há que falar em região metropolitana. Isso está previsto na Constituição. O Estado é o ente preponderante na organização e na condução da assembléia metropolitana. Requalificamos a participação dos Municípios. Nenhum foi excluído. No Brasil há essa mania, muitas pessoas lêem jornais, mas apenas os títulos das matérias, sem ler o conteúdo. Nem sempre o título traduz o que está no corpo da matéria. Muitos disseram que a lei inibia ou tirava a participação dos Municípios. Em momento algum. Temos a grande assembléia, a participação das Câmaras dos Vereadores, do Legislativo, da sociedade civil organizada por meio de suas entidades sindicais, culturais, comunitárias, o conselho deliberativo - órgão enxuto, com a participação de todos os níveis de poder: Estado, Legislativos municipais, Prefeituras -, a Agência de Desenvolvimento Metropolitano, órgão técnico, e o Plano Diretor de Desenvolvimento Metropolitano. No mês passado, explicamos ao Vice-Governador a necessidade de urgência na continuação desse trabalho a fim de dar corpo a essa nova legislatura para que funcionasse e trouxesse os frutos exigidos pela sociedade. Ontem o "Minas Gerais" trouxe um decreto do Governador estipulando que, nos dias 21 e 22 de agosto, realizaremos a 1ª Conferência Metropolitana. Nela vamos discutir como será a Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Uma fundação? Uma empresa pública? Uma autarquia? Isso será decidido na conferência metropolitana. Atendendo ao que está nas leis complementares, na nova organização metropolitana, temos a sociedade civil, as entidades sindicais, as entidades produtoras e associações comunitárias. O governo está cumprindo a parte que lhe cabe, por meio da Sedru, que está funcionando. Tivemos várias reuniões na Sedru, e ainda hoje estarei com a Secretária Coeli para discutir sobre a conferência.

Estou aqui para reconhecer que o governo está cumprindo sua parte e para dizer que é fundamental a mobilização de toda a sociedade, seja aqui, seja no Vale do Aço, para que possamos dar corpo. É fundamental a participação desta Casa. Há 20 anos choramos os problemas metropolitanos em Minas Gerais. Nenhum Prefeito, nenhum Governador irá resolver o problema metropolitano. É necessário o esforço conjunto de todas as forças políticas e sociais para que possamos discutir os problemas, encontrar as soluções e partir para os caminhos da solução, a fim de que possamos apontar para um desenvolvimento comum, integrado, a fim de que possamos utilizar os recursos públicos de tal forma que não fiquem dispersos. Uma cidade planeja um crescimento para um lado; outra planeja para o outro. Precisamos integrar, respeitando a autonomia municipal e buscando grandes soluções.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte) - É uma alegria imensa ouvi-lo e saber de sua preocupação com as regiões metropolitanas do nosso Estado, que têm crescido desordenadamente, o que nos tem preocupado. É importante que esse grande Deputado se preocupe com o crescimento desordenado dos Municípios. Cada vez mais, há êxodo rural e a população migra para as imediações do pólo da região metropolitana. Deve-se desenvolver um plano para o pólo da região metropolitana e outro para os Municípios que estão ao seu redor. Assim, haverá um desenvolvimento realmente integrado.

Temos percebido o esforço do nosso Governador para organizar esse trabalho para a região metropolitana. No próximo dia 20, haverá uma audiência pública nesta Casa, para a qual convido todos. Nesta audiência, trataremos do diagnóstico da Região Metropolitana do Vale do Aço, para a qual será apresentado um plano de trabalho pela Secretaria de Estado.

Portanto, estamos empenhados e parabenizamos V. Exa. por participar dessa luta. E que possamos desenvolver, além desse projeto para o núcleo, também um projeto para as cidades que ficam ao redor dos Municípios maiores. Acredito que, futuramente, haverá um fundo que proporcione crescimento real e integrado a que fazem jus as regiões metropolitanas. Não adianta que um só Município tenha muito, enquanto os outros que estão ao seu redor passem dificuldade. A população não pode organizar-se com esse crescimento desordenado. Mas, graças a Deus, o governo do Estado tem demonstrado preocupação, e tem agido. Parabéns ao governo e aos Deputados que têm-se empenhado, como V. Exa.

O Deputado Roberto Carvalho* - Obrigado. A região do Vale do Aço está muito bem representada nesta Casa pelas Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta, e por outras lideranças.

A lei que aprovamos prevê a constituição de um fundo de desenvolvimento metropolitano. Discutimos com o governo federal que ele nos ajudaria no que diz respeito às obras de interesse do conjunto dos Municípios.

A Deputada Cecília Ferramenta (em aparte)* - É com muita alegria que o parabenizo, lembrando que a lei da criação da Região Metropolitana do Vale do Aço data da época em que o Deputado Ivo José estava nesta Casa e o meu querido esposo, Chico Ferramenta, era Prefeito de Ipatinga. Em um trabalho de esforço conjunto, criou-se a Região Metropolitana do Vale do Aço. Tratou-se de uma ação política importante no momento, à qual devemos dar continuação agora. V. Exa., como Deputado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, poderá contribuir muito para que possamos impulsionar a Região Metropolitana do Vale do Aço.

O Deputado Roberto Carvalho* - Essa lei é tão importante que temos duas regiões metropolitanas. O Vale do Aço contribui fundamentalmente para Minas Gerais, tanto econômica e social quanto culturalmente.

Tenho certeza de que, depois dessa conferência metropolitana, realizaremos a conferência metropolitana no Vale do Aço com todas as entidades e todos os entes políticos e sociais, para que possamos dar corpo a essa nova organização.

Sr. Presidente, gostaria de deixar aqui, não só o meu abraço, mas o de todos os Deputados, e também os parabéns à nova Diretoria da Grambel, que tomará posse às 15 horas. Considero fundamental que a Grambel volte toda a sua energia para fazer com que essa nova assembléia metropolitana comece a funcionar. Tenho certeza de que isso acontecerá.

Hoje os Prefeitos e a sociedade civil estão empenhados na defesa dos interesses metropolitanos. Esta Casa, como nunca faltou a essa questão, estará unida não apenas na defesa dos interesses metropolitanos, mas também dos de todos os Municípios do Estado. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, visitantes nas galerias. Hoje ocupo a tribuna desta Casa para lembrar de um momento histórico que marcou Minas Gerais. Há dez anos, nesta mesma data, ou seja, no dia 13/6/97, as praças da PMMG descobriam o caminho para a liberdade. Foi nessa data que os bravos Soldados da milícia de Tiradentes experimentaram, pela primeira vez, o verdadeiro sabor de ser cidadão.

A população mineira e brasileira pela primeira vez assistia a Soldados caminharem pelas ruas da Capital manifestando um dos direitos mais sagrados de nossa Carta Maior: a liberdade de expressão. Foi um susto, não apenas para população de maneira geral, mas também para toda a mídia, que não entendia como aquilo havia acontecido. Por que militares, que há dezenas de anos eram submetidos a tanta disciplina e hierarquia, tinham ganhado as ruas de Belo Horizonte?

O sentimento era um só e o mais sagrado que um cidadão pode ter. Para nós, era como se fosse um movimento cívico, há muito tempo reclamado, sufocado, escondido de toda a sociedade. Naquela época, não podíamos nem sequer contar com o apoio do Ministério Público, com as Comissões de Direitos Humanos, pois ninguém nos enxergava atrás dos muros dos quartéis.

Foi, para nós, a caminhada mais esperada de todas as nossas vidas. Tenho ainda guardadas em minha memória cenas que ficaram marcadas para o resto de minha vida. Lembro-me de um companheiro reformado, de cabelos já grisalhos, concedendo uma entrevista, e ele dizia: "Eles não poderiam ter feito isso com a gente. Eles abusaram, e muito, de todos nós".

Houve vários momentos em que viramos as costas para o palácio do governo, mas também tivemos momentos de oração.

Muitos, até hoje, chamam nossa passeata cívica de greve. Não admito isso e nunca vou admitir. Não fizemos greve; nós fizemos um movimento reivindicatório, no qual, na verdade, o que menos contava para todos nós era a questão salarial. Faço este registro para que fique gravado nos anais deste Parlamento: o que nos levou para as ruas não foi o aumento concedido apenas para os Oficiais e não para as praças, mas, sim, o sofrimento, as perseguições, a dor psicológica, a pressão exercida a ferro e fogo sob a égide do famigerado Regulamento Disciplinar da Polícia Militar - RDPM.

Tenho comigo todas as publicações de jornais da época sobre os acontecimentos e em momento algum percebi o registro de forma mais profunda sobre o movimento reivindicatório das praças. Nesse contexto, abro aqui apenas parênteses para um trecho publicado no jornal "Diário da Tarde", em que o articulista disse: "Os aplausos deixam claro que a população prefere uma polícia insurreta a uma polícia obediente, mas corrupta".

Após nosso movimento, vieram as eleições de 1998 e, em consequência, foram eleitos três Deputados oriundos de nossa classe. A partir daí, nossa história começou a ser contada de maneira diferente.

Em 1999, teve início nosso primeiro mandato na Assembléia de Minas, e, com ele, vieram as transformações tão esperadas e sonhadas por toda a classe. Já no quarto mês de mandato, no dia 2/6/99, aprovávamos a Emenda à Constituição nº 39, que separou o Corpo de Bombeiros Militar da PMMG. Com a separação, veio também a anistia para 186 praças que foram expulsas por terem participado do movimento reivindicatório de 1997. Todas foram reincluídas nos quadros do Corpo de Bombeiros Militar.

Em 2000, sentamo-nos à mesa com o governo Itamar Franco, para uma negociação salarial, resultando em um acordo de reajuste histórico de 62% para todos os servidores da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Agentes de Segurança Penitenciários.

Em 2001, conseguimos a segunda vitória para toda a classe. Foi aprovado um projeto de minha autoria, transformado na Lei nº 13.962, que garantiu às pensionistas dos militares estaduais o direito ao recebimento integral dos vencimentos como pensão.

Em 2002, encerrávamos o capítulo mais triste de nossa história: com a sanção da Lei nº 14.310, de junho de 2002, enterramos o famigerado RDPM, conhecido como o "AI-5 dos Quartéis", em uma referência ao instrumento mais perverso usado no regime militar. Consideramos que foi a partir daí que fomos inseridos na Constituição Cidadã do Dr. Ulysses Guimarães. Entrou em vigor um código de ética mais humano, que respeita direitos e garantias fundamentais dos militares, em sintonia com a Constituição Estadual, e serve de exemplo para o País.

Ainda em 2002, aprovamos a Lei Complementar nº 62, também de minha autoria, que devolveu o emprego a 600 policiais militares que haviam sido retirados da fase do concurso por não possuírem o 2º grau completo, tendo a PM mudado a regra do edital de convocação com o concurso já em andamento, o que não poderia ter ocorrido. O erro foi corrigido com a referida lei.

Em 2003, com muito trabalho e perseverança, aprovamos uma lei muito importante: a Emenda à Constituição nº 59, que devolveu aos militares estaduais o direito a receber o adicional trintenário.

Em 2004, mais uma grande conquista para a nossa classe: a Lei Complementar nº 74 garantiu o direito à promoção aos Soldados e Cabos, ao completarem 10 anos na graduação, o que, em toda a história das corporações militares de Minas, nunca havia sido permitido. No dia 2 de abril daquele ano, o Governador assinou, de uma única vez, a promoção a graduação a Cabo de quase 8 mil militares.

Em 2005, foi a vez da Polícia Civil de Minas Gerais comemorar: com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 84, cerca de 3 mil agentes foram promovidos, de uma única vez, à classe superior, fato inédito na história da corporação. Nessa mesma lei, 793 Carcereiros foram promovidos ao cargo de Agente de Polícia. Nesse mesmo ato, por meio de uma emenda de minha autoria, acabamos com o chamado quadro suplementar da Polícia Civil, trazendo uma enorme oxigenação para toda a instituição.

No início de 2006, aprovamos o chamado abono-fardamento, por intermédio da Lei nº 17.075, que acabou com as dificuldades dos militares para adquirir seu fardamento, sendo o benefício estendido aos Agentes de Segurança Penitenciários e policiais civis de Minas Gerais.

Em dezembro de 2006, aprovamos uma lei muito importante para todos os militares de Minas Gerais: a Lei Complementar nº 95, que entrou em vigor em 18/4/2007.

Obtivemos o seguinte avanço com essa lei: os Sargentos, que estavam levando cerca de 10, 11 e 12 anos para serem promovidos de 3º-Sargento para 2º-Sargento, vão, agora, levar de 5 a 7 anos, no máximo. Outro ponto importante foi a enorme abertura das promoções dos Cabos com mais de dez anos na graduação. Só neste ano de 2007 foram chamados 961 Cabos na PM e, para o ano que vem, 1.100 Cabos deverão ser convocados para fazer o curso de Sargento. As vagas para o Curso de Habilitação de Oficiais aumentaram de 60 para 120 por ano. Ainda nessa lei, foi aprovada uma emenda de minha autoria, que permitiu que os militares dispensados definitivamente pela Junta Central de Saúde pudessem ser promovidos e fazer cursos.

Não poderia deixar de destacar que a Lei Complementar nº 95 foi também o último passo para fazer justiça, definitivamente, aos verdadeiros heróis de 1997. À época da discussão do projeto, levei pessoalmente ao Governador a necessidade de resolvermos a questão da contagem de tempo de 186 praças que foram expulsos em virtude do movimento. Ele acatou minha reivindicação e apresentou uma emenda nesse sentido que, aprovada, assegurou a esses bravos homens e mulheres que foram excluídos da Polícia Militar e incluídos nos quadros do Corpo de Bombeiros Militar, o período compreendido entre a data da exclusão da PM e a data da inclusão no Corpo de Bombeiros Militar, como tempo de efetivo serviço para todos os efeitos, até transferência para a inatividade, disponibilidade e percepção de gratificações e vantagens decorrentes da graduação. Assim, com extrema justiça, cicatrizamos as feridas que ainda restavam.

Quem de nós, há dez anos, imaginava ver os servidores da segurança pública participando, entre outras coisas, de negociação salarial com um governo? Isso, antes, era feito apenas pelos Comandantes e chefes das corporações. A conquista da representação política nos deu vez e voz e fortaleceu também as entidades representativas da classe.

Hoje, 13/6/2007, está na pauta para ser votada em 1º turno a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de minha autoria, que garante ao policial civil o direito à aposentadoria aos 30 anos de serviço, direito este sonhado e esperado há muito tempo pelos servidores e que, com o apoio desta Casa Legislativa, vamos conquistar, como fruto de muito trabalho e empenho.

Prezados senhores e senhoras, diante de tudo que acabo de narrar, é impossível não concluir que a força da mobilização de classe, aliada à consciência política despertada em 1997, fez com que alcançássemos a representação política. Como fruto, muitos avanços não ocorridos em mais de 220 anos de existência das instituições foram conseguidos em 8 anos de mandato. Todas as conquistas citadas são históricas e mudaram para sempre o destino da segurança pública em Minas.

Agradeço a todos aqueles que acreditaram em mim, desde o dia 13/6/97, quando, junto com outros companheiros, liderei o nosso movimento cívico e que, desde então, vêm renovando essa confiança nas urnas. Sei que já avançamos muito, mas muito ainda tem para ser feito. Renovo o meu compromisso de continuar trabalhando e lutando por mais conquistas para essa classe, que durante tanto tempo ficou oprimida e calada.

Parabéns a todos os companheiros que, lutando juntos, possibilitaram que hoje tivéssemos tanto a comemorar. Tenho certeza de que as lembranças do dia 13/6/97 permanecem vivas na cabeça de cada um que viu e viveu aquele momento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ilustre Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, que hoje preside esta reunião, não poderia deixar de falar sobre a importância que esta Casa, que este Parlamento teve em todos os momentos, desde as primeiras manifestações do dia 13/6/97.

Quero fazer registro especial à Assembléia Legislativa de Minas por tudo aquilo que tem feito, pela contribuição de cada Deputado e Deputada, ao ajudar-nos a escrever mais este capítulo da história de Minas Gerais.

Estou certo de que, se não fosse a contribuição de cada Deputado deste Parlamento, não estaríamos aqui, hoje, contabilizando e comemorando, com tanta satisfação e alegria, os 10 anos do Movimento Cívico.

Sei que, neste momento, nossa classe tem nova reivindicação. Temos feito tudo o que está ao nosso alcance. No que se refere ao que poderá ser feito futuramente, lembro que estaremos aqui, de prontidão, vigilantes, de pé e às ordens, para dizer aos companheiros que estaremos firmes nessa luta. A nossa luta continua porque a conquista do direito é uma luta constante.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, registro um agradecimento especial ao Poder Legislativo de Minas Gerais por nos ter propiciado isso, por ter aberto suas portas num momento tão delicado para Minas Gerais, ou seja, durante o movimento das praças da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrido em 1997. Portanto, Sr. Presidente, fica aqui registrado o nosso humilde muito-obrigado aos Deputados e às Deputadas desta Casa.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quis voltar a esta tribuna para tratar novamente do tema da reforma política. Antes, porém, pretendo falar de algumas boas notícias que recebemos hoje.

De acordo com a primeira, o PIB do primeiro trimestre deste ano representou um acréscimo de mais de 4% em relação ao mesmo período do ano passado, demonstrando, assim, a vitalidade do novo momento por que passa a economia do Brasil. Ressalto que isso já está acontecendo antes de as medidas previstas no Programa de Aceleração de Crescimento - PAC - estarem plenamente em vigor. Esse fato, portanto, demonstra que o governo Lula está no caminho certo. Sabemos que, no segundo mandato, a linha de um crescimento econômico mais ousado, com distribuição de renda e inclusão social, é fundamental.

Conforme a segunda, o processo de negociação do governo de Minas Gerais com o governo federal está indo muito bem. Assim sendo, sem atropelar a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, Minas Gerais poderá aumentar sua capacidade de endividamento, podendo conseguir aproximadamente R\$3.000.000.000,00 para serem investidos nos próximos quatro anos. Esse fato demonstra o carinho e o respeito que o Presidente Lula tem por nosso Estado, bem como a maneira republicana com que trata os Governadores.

Consoante a terceira, ontem e durante a semana, o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, percorreu várias cidades situadas à beira do Rio São Francisco, para conhecê-las e, sobretudo, projetar a liberação de recursos para obras de revitalização do referido rio.

Esse é um ponto importante, visto que se está saindo da falsa polêmica: revitalização ou transposição. A revitalização do Rio São Francisco é necessária, e o governo Lula já a está promovendo com a liberação de verbas para vários Municípios. Ontem, o Ministro Geddel anunciou as do Alto São Francisco. Então, essas são as boas notícias do governo Lula para Minas Gerais.

Para que não falem que eu só estou trazendo boas notícias do governo Lula, vou também trazer uma notícia do Governador Aécio. Ontem, o Governador Aécio inaugurou uma central de gerenciamento de resíduos - o Centro Mineiro de Referência em Resíduos -, na antiga Casa do Rádio, um galpão localizado no Bairro Esplanada, próximo à Pompéia, bairro onde nasci, que se tornará um grande espaço e referência para atividades que apontem para a reciclagem e a reutilização de materiais em um tratamento ambientalmente mais adequado aos resíduos sólidos. Anunciou ainda o encaminhamento de um projeto de lei que cria a política estadual de resíduos sólidos.

Quero fazer esse registro porque, muitas vezes, a Assembléia Legislativa realiza seminários e audiências públicas e o cidadão costuma perguntar por que fazer tantas audiências públicas e seminários legislativos. E aqui quero recuperar a história. Em 2003, a Comissão de Participação Popular sediou aqui, na Assembléia, uma edição do Festival Nacional Lixo e Cidadania.

Naquele momento, o Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis já sugeriu alterações no processo que a Feam desenvolvia em relação à regularização dos lixões, com sua extinção nos Municípios. Em 2004, tivemos a oportunidade de fazer o debate na Assembléia. Em 2005, por iniciativa minha e do então Deputado Laudelino Augusto, do PT, realizamos o seminário legislativo "Lixo e cidadania". Foi um seminário que realizou 11 audiências regionalizadas e 411 deliberações.

Uma das deliberações mais importantes do seminário "Lixo e cidadania" era reivindicar do Estado um projeto que estabelecesse a política estadual de resíduo sólido em Minas Gerais. Neste ano, a Comissão de Participação Popular, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, realizou uma audiência pública cobrando do Estado a remessa desse projeto de lei à Assembléia.

Ontem, o Governador anunciou que, depois de um processo de amplo diálogo com várias entidades da sociedade civil, o projeto será encaminhado. Esse processo tratará da responsabilidade compartilhada entre fabricantes, distribuidores, comerciantes, poder público e consumidores, todos que integram essa cadeia de produção, tratamento e destinação de resíduos sólidos.

Eu, que milito na área social e acompanhei desde o início o trabalho da Asmare em Belo Horizonte, fico atento particularmente à questão de inclusão dos catadores de materiais recicláveis no processo de extinção dos lixões em Minas Gerais.

Nosso Estado tem 511 lixões. Precisamos extingui-los. Aquelas pessoas que hoje vivem indignamente nesses espaços devem ser incorporadas em alternativas cooperadas, solidárias de geração de trabalho e renda, colaborando para a coleta seletiva nos Municípios.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado André Quintão. Quero parabenizá-lo por trazer esse tema tão importante para nossa Assembléia. Discutir a extinção dos lixões e uma política inteligente e moderna para acabar com a contaminação ambiental é muito importante, ainda mais no mês em que comemoramos o Dia Mundial de Proteção ao Meio Ambiente.

Caro colega André Quintão, quero aproveitar a fala de V. Exa. para pedir o apoio da Casa a fim de fazermos uma moção de apoio à família de um garoto de 10 anos, barbaramente assassinado em Montes Claros, o Sidney Júnior. Seu corpo havia desaparecido no dia 7 de junho e foi encontrado ontem.

Hoje, em Montes Claros, às 19 horas, haverá uma manifestação da sociedade civil contra a violência. Esse é o quadragésimo assassinato que ocorre em Montes Claros.

Então, é preciso que as forças de segurança deste Estado olhem com atenção para Montes Claros, porque o que existe lá é um total abandono. Esse crime bárbaro chocou toda a nossa comunidade. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado André Quintão - Deputado Ruy Muniz, V. Exa. fez um aparte importante. Também me solidarizo com a família do Sidney e com todos os seus parentes e amigos. Foi, de fato, um crime bárbaro, pois esse menino teve os olhos arrancados, possivelmente violência sexual foi cometida contra ele antes desse crime bárbaro. Com certeza, a preocupação de V. Exa. em promover uma política de segurança pública adequada na querida Montes Claros também é uma preocupação de todos nós.

Eu é que parabenezo V. Exa. Foi uma honra ter-lhe concedido aparte.

Sr. Presidente, gostaria de voltar ao assunto que abordei ontem na tribuna, ainda que rapidamente.

Primeiramente e de maneira muito objetiva, gostaria de dizer que não concordo com o nosso sistema eleitoral atual, por se tratar de uma disputa em que predomina o poder econômico e uma disputa em que candidatos do mesmo partido disputam entre si, às vezes até nas mesmas bases eleitorais. É um sistema muito personalizado, que enfraquece os partidos políticos, por isso espero que o Congresso Nacional aprove uma reforma política de fato.

Segundo, defendo a votação em lista, mas não a lista fechada, a lista flexível. Existe uma diferença nisso. Isso porque a lista fechada pode inibir o surgimento de novas lideranças, principalmente se houver reserva de mercado para candidato eleito em 2006. Vai ser um absurdo, pois, assim sendo, estaremos garantindo a reeleição de Deputados para 2010. É uma afronta à democracia. Além disso, isso irá gerar uma acomodação nos Parlamentos. O parlamentar, em vez de trabalhar para a sociedade, principalmente aqueles que têm o controle de máquina partidária, ou de tendência partidária, vão trabalhar para dentro do partido político, e não para a sociedade, que é a razão da existência dos partidos políticos. Vai ser um clube de amigos dentro dos partidos, e a sociedade ficará do lado de fora assistindo a tudo isso. Sou uma pessoa partidária, formado na vida partidária e teoricamente vinculado a uma linha política. Desde jovem, considero o partido intelectual orgânico da sociedade. Nutri minha formação no pensador italiano Gramsci, que considero um dos mais brilhantes da esquerda mundial.

Não podemos sufocar a sociedade nem querer que ela seja obrigada a votar numa lista preordenada por caciques partidários. Essa história de que delegado é que vale é mentira de quem não sabe o que é um delegado de partido: filiação em massa, carregamento em Kombi. É assim que isso funciona em todos os partidos. Então, considero a lista flexível mais adequada do que a lista fechada porque, além de se valorizar o partido, também existe o chamado financiamento público. Sem lista não há como fazer financiamento público. O partido é valorizado, a pessoa vota no partido, mas tem o livre direito de reordenar a lista. Ela pode, por exemplo, votar no PT por considerá-lo o melhor partido, além de poder escolher um candidato do PT. Nada mais é do que uma combinação entre a ordem do partido e a ordem da sociedade, e, dessa combinação, sairá um resultado mais legítimo.

Concluindo, a posição que defendo é votação em lista flexível, e não fechada.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte)* - Gostaria de cumprimentá-lo pela sua fala e dizer que a sociedade deve ser ouvida nessa discussão política, já que estamos aqui porque o povo nos elegeu. Então, a renovação desta Casa e do Congresso Nacional cabe à sociedade.

Com a lista fechada, estaremos tirando da sociedade o direito de renovar as suas lideranças, de não estar satisfeita com o desempenho do seu candidato e poder trocá-lo na próxima eleição. É por isso que cabe à sociedade esse direito. Não podemos colocar esse assunto em votação antes de discutirmos com a sociedade organizada. Nenhum atitude pode ser imposta para que a sociedade depois pague o preço da imposição na hora de renovar o nosso Congresso e as nossas Assembléias. Então, o poder é do povo, e cabe a este escolher. Se houver uma lista flexível, vamos discutir o assunto com a sociedade. Nós, os políticos, não podemos tomar uma posição, colocar a proposta em votação no Congresso Nacional e esquecer que, por trás dos nossos votos e mandatos, existe toda uma sociedade. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado André Quintão - Obrigado, Doutor Rinaldo. É exatamente isso, ou seja, não podemos subtrair a vontade do eleitor. Devemos fortalecer os partidos. Até admito a lista flexível, não a fechada, para que o eleitor possa votar e escolher. E o pior: se o Congresso vota lista com privilégios e cadeira garantida para 2010, está desmoralizando o sistema. Fico à vontade para falar. Por esse critério, em 2010 eu estaria novamente aqui na Assembléia Legislativa. Acho errado um Vereador do interior, uma liderança jovem, pessoas que também têm o direito de chegar aqui apresentarem trabalho social, mas não terem delegado no partido.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Parabenezo o Deputado pela sua fala e, analisando seu comentário, faço coro com V. Exa, apesar de sermos de partidos diferentes. Essa votação em lista fechada, ocorrida no Congresso, traduz a oligarquia parlamentar que está se instalando no Brasil. Esse é o caminho da ditadura, porque a lista fechada será comandada, na maior parte, por empresários ou alguma liderança forte e consolidada. A lei, o Parlamento, tudo é consenso. A filosofia é consenso da maioria, e não da minoria. Essa situação é lamentável. Precisamos fazer uma reforma planejada por grupos ou partidos. Fala-se muito em reforma no Brasil, e é preciso, sim, que seja feita através da Constituição, dos princípios que comandam o nosso comportamento e regulam a nossa sociedade. Mas, de repente, querem fazer tudo com lei ordinária, correndo, afobadamente. Falta consenso até dentro do Parlamento. Resumindo, gostaria apenas de dizer mais uma vez que essa atitude do Congresso é leviana. Há pessoas maduras lá, mas, na verdade, a lista fechada ficará nas mãos de poucos. Tenho muito medo porque a maioria das pessoas que participam desse processo são ligadas a institutos financeiros, têm sempre o interesse de reeleição. É o poder pelo poder.

Parabéns a V. Exa.

O Deputado André Quintão - Agradeço o aparte. A lista fechada, Deputado, é mais ou menos o seguinte: hoje, o Dunga convoca a Seleção Brasileira para 2010 e diz que o outro pessoal pode ir treinando, mas para a Copa de 2010 a Seleção já é essa. Se eles votarem a lista fechada com reserva de cadeira, de acordo com a última eleição, será assim. Isso desestimulará as lideranças emergentes em nosso Estado e em nosso país. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meu caro colega Deputado André Quintão, demais colegas desta Casa, público das galerias, queridos telespectadores da TV Assembléia, também venho a esta tribuna para externar minha opinião sobre a reforma política - são pensamentos do meu partido, o PCdoB.

Hoje, a reforma política começa a ser votada no Congresso Nacional, na nossa opinião o local adequado para se promover a discussão sobre ela. Primeiramente, para quê? Para refutar algumas opiniões, às vezes externadas, de que, por exemplo, caberia ao TSE, por meio de suas resoluções internas, fazer a reforma política? Não. A reforma política deve ser feita pelo Parlamento, que é o poder legítimo para legislar sobre a matéria.

O segundo ponto fundamental, que nos preocupa neste momento, é a participação popular. O Congresso promove a discussão e a votação, mas é preciso haver participação popular. Iniciativas importantes estão sendo tomadas pela OAB, pela CNBB, pela CUT e pela UNE. Todavia, nobre colega André Quintão, percebo que ainda não conseguimos levar esse debate para a sociedade civil como um todo. Precisamos ganhar o conjunto da sociedade civil organizada para esse debate da reforma política, que não é menor, mas sim, fundamental e importante.

A reforma política precisa enfrentar alguns pontos essenciais e cruciais. O primeiro ponto se refere ao financiamento das campanhas, que, no nosso entender, é a origem e a base central dos principais problemas de ordem política vivida pelo nosso país nos últimos anos. Esse é o entendimento do PCdoB. Hoje temos visto que a forma de financiamento privado das campanhas é um grande mal para este país. Entra ano e sai ano, entra eleição e sai eleição, as campanhas se tornam cada dia mais caras, com maiores investimentos, sem limite de gastos.

Portanto, é importante garantirmos o financiamento público das campanhas. Num primeiro momento, a população pode pensar: tirarão dinheiro público para financiar político. Precisamos entender que a democracia tem um preço, um custo. O que está ocorrendo hoje? Quando financiam o candidato A ou B, as grandes empreiteiras e os grandes grupos econômicos terminam interferindo, na prática, no processo da administração pública. O que vemos são os escândalos das Gautamas da vida. Então, é importante ter um financiamento público transparente, para que essa disputa ocorra no mesmo pé de igualdade entre os grandes e os pequenos. Esse é o primeiro aspecto.

Quanto ao financiamento público, entendemos que há necessidade da lista fechada. Aí, discordarei do meu nobre colega André Quintão, pois a bancada federal do PT tem tido esse entendimento. Na nossa opinião, a lista fechada é um mecanismo importante e acertado. Não há democracia sem partidos políticos. O que precisamos substituir hoje é a presença individual, do campo pessoal e dos caciques políticos pela dos partidos políticos. No nosso entender, é um equívoco dizer que a lista fechada criará a figura do cacique político. Cacique político já existe no atual sistema, na atual forma de lista aberta, na qual quem tem mais poder econômico e possibilidade de realizar uma campanha acaba sempre sendo favorecido no processo eleitoral.

Gostaria de fazer uma ponderação. A maioria dos eleitores que hoje vota numa pessoa individualmente, ou seja, deposita seu voto na figura do candidato, acaba favorecendo, ao final do processo, alguém que não foi quem escolheu. O voto que dá em quem confia ajuda a eleger quem não tem nada a ver com ele e quem nem sequer tem compromisso com o programa partidário.

Então, você vota no cidadão X e acaba elegendo o cidadão B, completamente diferente do que você votou, porque também faz parte de uma lista partidária, que faz parte de uma lista aberta, que será eleita. Mais de 60% dos eleitores, quando depositam o seu voto, acabam elegendo um outro diferente, e isso, também, é uma distorção no processo político. A lista fechada é uma forma mais transparente para o eleitor saber em quem está votando, quais os componentes totais daquela lista do primeiro ao último nome, e especialmente sabendo que está votando em um partido que possui uma bandeira e um programa. Isso é fundamental para que ele possa cobrar depois desse seu representante o programa que escolheu na urna. Isso é que garante a transparência do voto do eleitor.

O Deputado Lafayette de Andrada - Ilustre Deputado Carlin Moura, gostaria de trazer ao debate algumas palavras na linha do raciocínio de V. Exa. Às vezes, as pessoas confundem um pouco quando falamos em lista partidária. Elas costumam dizer que essa lista é fechada, tira a transparência, porque o eleitor deixa de votar no candidato que deseja, que a presença do candidato fica em segundo plano e que, na verdade, a figura do partido é que está sobrepujando.

É isso mesmo. O que acontece nas democracias avançadas, e até mesmo no Brasil, é que quando alguém tem alguma reclamação, vê algo errado acontecer, procura o Ministério Público. Não procura o Promotor A, B ou C. Procura a instituição Ministério Público. Se você se sente prejudicado por alguma norma ou por ato de alguém, você vai à Justiça, você não procura o Juiz A ou B. Você procura a Justiça. O sistema eleitoral, nas democracias avançadas, é assim. Os partidos possuem um programa. Eu voto naquele partido porque ele possui idéias com as quais eu comungo. Portanto, vou votar no partido A. Não é no Deputado A ou B. Isso é menos relevante do que as idéias programáticas daquele partido. Eu comungo com aquelas idéias. A figura do partido é que é institucional, como é a figura do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Parlamento. Uma coisa é um ato partidário.

Na verdade, o eleitor precisa identificar as idéias que ele nutre, os ideais que ele deseja que aconteçam e qual o partido que comunga com os ideais que ele pretende. Aí, sim, eu voto no partido. Quem são os representantes do partido? É uma discussão interna do partido. São aquelas pessoas que irão defender determinadas idéias.

Portanto, nessa linha, assim como acontece nas democracias avançadas, acho que é um avanço para o nosso sistema eleitoral a implementação do sistema de lista partidária no País.

Agradeço o aparte a V. Exa.

O Deputado Carlin Moura* - Sou eu quem agradece a V. Exa. a importante contribuição. Sem dúvida alguma, é importante o fortalecimento dos partidos políticos. Pode-se questionar sobre como cada um disputará o seu espaço na lista partidária, mas cada candidato também saberá escolher. Aquele partido que não tiver democracia interna, que não respeitar a política da militância e dos quadros, com o passar do tempo será extinto, será afastado da história, pois nenhum candidato escolherá um partido que tenha dono ou que não respeite a opinião da militância. Mais cedo ou mais tarde, o partido que não tiver democracia interna pagará caro pelo preço da história.

Como o nobre Deputado Lafayette de Andrada lembrou, num período de grande estabilidade política, na Constituição de 1946, quando tínhamos por exemplo a UDN, o PSD, o PTB, o Partido Comunista, você não tinha sequer gabinetes individuais de Deputados. O gabinete era o da UDN, do PTB, do PSB. Era a bancada que respondia pelo partido, era o programa que respondia pelo partido.

Hoje é fundamental no País fortalecermos a política partidária, para não ser eleito um Deputado aqui hoje e, amanhã, ele estar no partido A ou B, ou seja, mudar de partido como se muda de camisa, pois, na verdade, não está preocupado com os programas, nem sequer conhece as bandeiras programáticas de seu partido. Portanto fortalecer o partido é fundamental.

Agora, precisamos avançar mais no seguinte: a reforma política não pode afastar-se de dois princípios constitucionais importantes. O primeiro é o pluripartidarismo previsto na Constituição de 1988, e os Constituintes fizeram questão, após mais de 20 anos de ditadura militar, que ela fosse democrática e cidadã, permitindo a representação de todas as correntes políticas na democracia brasileira. O pluripartidarismo garante a opinião de todas as correntes políticas - independentemente de gostarmos ou não da corrente A ou B, elas têm o direito de ter sua representação -, portanto deve ser preservado, e para isso não pode haver cláusula de barreira, pois ela fere o seu princípio. Temos de saber ouvir a opinião das minorias deste país.

O outro princípio fundamental é não permitirmos o famigerado, o terrível voto distrital ou voto distrital misto, que, na verdade, afasta da democracia a representação das minorias. Vamos pegar como exemplo uma cidade que será dividida em 20 distritos. Em cada um, disputa-se uma vaga de Deputado. Vamos supor que haja cinco candidatos, um por cada partido, e um dos partidos no distrito tenha conseguido a maioria dos votos, mas somente 21% dos votos válidos. Ele será eleito o Deputado naquele distrito. E podemos chegar na excrecência tamanha de, entre os 20 Municípios, aquele mesmo partido, com 21% dos votos, eleger o Deputado do distrito. E podemos ter um parlamento em que um único partido, com apenas 21% dos votos, tenha 100% da representação parlamentar. Isso fere o princípio e o direito das minorias, já que o voto distrital transforma a eleição que hoje é proporcional, garantindo os direitos das minorias, em uma eleição majoritária. E podemos acabar em uma ditadura de um partido único, com uma pequena quantidade de votos. Não podemos permitir isso.

Concluindo, quero dizer que este país precisa fazer a reforma política para aprofundar a democracia, e não para restringi-la. O povo brasileiro precisa ser chamado para opinar mais, e a nossa Constituição já tem mecanismos que precisam sair do papel, como, por exemplo, o plebiscito, o referendo popular e os projetos de lei de iniciativa popular. Isso é fundamental. Não podemos ter um país fechado a isso.

No Brasil, no final do ano, teremos um período de vencimento das concessões de várias redes de televisão, como, por exemplo, a da Rede Globo, cuja concessão vencerá. O povo deveria opinar mais a esse respeito, assim como deveria opinar sobre a concessão de canais de televisão. Precisamos abrir o canal dessa gloriosa TV Assembléia para a região metropolitana; precisamos garantir que a CUT, a CNBB, o MST e a OAB tenham um canal de televisão, uma TV aberta, pois essa é uma forma de democratização dos meios de comunicação. E o povo tem de ser consultado, por meio de referendo ou plebiscito, pois essa é uma forma de democratizar este país, que precisa urgentemente de um choque de democracia, com o aprofundamento de suas instituições democráticas e o fortalecimento de seus partidos políticos. Agradeço a atenção do Sr. Presidente e de todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. A vida cria, em todos nós, alguns hábitos. Algumas vezes, bons hábitos. Confesso aos senhores e às senhoras que tenho quase um hábito, um compromisso: três dias por semana faço a leitura de algumas colunas de jornais de Minas Gerais. Considero quase que um encontro obrigatório, e o faço bem cedinho, às 6 ou às 7 horas, ao começar o dia. Um deles, na sexta-feira, é a leitura do artigo do Frei Leonardo Boff no jornal "O Tempo". Esse artigo ficou um longo período sem ser publicado, e agora a sua publicação foi retomada. Na última sexta-feira, por motivos de viagem, ele não foi publicado. Sempre é bom ver a análise do Frei Leonardo Boff, seu enfoque sobre a Igreja, a teologia, a questão da ecologia nos momentos atuais que vivemos.

Outro, na quinta-feira, no jornal "Estado de Minas", a leitura do artigo do Frei Beto, sempre muito firme, profético. Algumas vezes discordo, mas considero que ele também mostra muito de uma teologia comprometida com a transformação social, com a política. E é de uma beleza literária, com toda certeza das mais saborosas que temos hoje, dos escritores vivos no Brasil.

E, na quarta-feira, é o encontro com os artigos da companheira Sandra Starling, no jornal "O tempo", que, por sinal, tem sido um jornal com um compromisso muito grande com a questão da reflexão política no Estado. Um jornal que faz, em toda Minas Gerais, um jornalismo investigativo e sério e que merece o nosso reconhecimento.

Depois de ter dito sobre esse hábito da leitura diária de jornais, gostaria de citar e registrar o impacto que tive, hoje de manhã, com o artigo da companheira ex-Deputada Estadual e Federal Sandra Starling, advogada, mestre em ciências políticas e professora. O interessante é que o artigo vem com o provocante título: "Dia dos Namorados". Citarei literalmente. (- Lê:)

"Lidos os jornais e revistas do fim de semana, confesso que não agüento mais. Tive a mesma avaliação de sensacionalismo que o Prof. Sacha Calmon denunciou, com muita propriedade, em artigo publicado na imprensa mineira. Também ando preocupada com essas 'operações' que prendem e não punem, pois uma coisa é indiciar e outra é punir alguém, coisa que envolve - em um Estado de Direito - muito mais do que indícios e testemunhas. Graças a Deus!

No artigo daquele ilustre jurista, só faltou acrescentar que os policiais são cidadãos diferenciados: andam armados, o que faz de suspeitos detidos - normalmente algemados -, ainda que a título de prisão temporária, pessoas amedrontadas. E ainda vem a facilidade com que a imprensa publica em letras garrafais, e reconhece o erro em pé de página ou na seção de leitores, como vi acontecer nesses últimos dias. Incrível".

Paro a leitura do artigo da Sandra Starling para ler uma provocante nota da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis -, que tem a sua frente o grande Juiz Nelson Missias, eleito recentemente com a maior diferença já ocorrida na Amagis, quando duas chapas disputaram a eleição. Prestem atenção na história das manchetes garrafais e da nota de pé de página ditas pela Sandra Starling, porque retomarei a leitura depois. (-Lê:)

"Imprensa: dois pesos e duas medidas. Atualmente assistimos à imprensa noticiar, com grande estardalhaço, acusações ou investigações contra autoridades que não foram ainda condenadas, dentre elas, com mais ênfase, os magistrados.

Porém, tempos depois, o investigado é absolvido pela Justiça, sem que o mesmo veículo que estampou grandes manchetes sobre o caso dê qualquer notícia ao contrário do que noticiara anteriormente, silenciando-se.

Isso ocorre, no momento, com o associado Desembargador Dorival Guimarães Pereira, que foi absolvido de todas as acusações, primeiramente no STJ e, recentemente, no CNJ". Interessante, de todas as acusações por unanimidade. No CNJ, há representantes da sociedade, do Ministério Público, do Supremo e dos Tribunais Superiores. Unanimidade. No STJ, há Juizes de carreira, de diferentes matizes, de diferentes visões ideológicas. Com toda a certeza, cultos Juizes, sérios Juizes, muitos deles. Diria todos - por que não? (-Lê:)

"A Amagis não entra no mérito, mas aplaude e ressalta a isenção dos julgamentos do STJ e CNJ onde o associado foi absolvido, por unanimidade, de duas acusações amplamente divulgadas na imprensa nacional. Nesse caso, o peso agora é o do silêncio da mídia e da dor

sofrida pelo acusado e família". Vejam que término triste, muitos de nós poderiam passar por isso.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, essa nota é a confirmação do que li pela manhã. Ela também foi publicada hoje, no jornal "O Tempo", no artigo da companheira Sandra Starling. Ela continua: (- Lê:)

"Não concordo com as louvações do Presidente da República e seu Ministro da Justiça acerca da atuação 'independente' e 'autônoma' da Polícia Federal". Ela é petista. (- Lê:)

"Há problemas sérios nessas investigações. A começar pelos vazamentos: tanto em favor dos investigados como para o deleite dos jornalistas.

Se as investigações correm em segredo, todo e qualquer vazamento - de fotos, de documentos, de gravações - é violação de sigilo funcional."

Faço um parêntese. Ninguém vai dizer que Sandra Starling é a favor da censura. Ninguém será louco de acusá-la de tal forma. Quem a conhece sabe muito bem. (- Lê:)

"E isso, de acordo com o art. 325 do Código Penal, é crime. É inadmissível que autoridades encarregadas de dar cumprimento à lei cometam delitos na apuração de outros delitos. Preferia que tudo estivesse sendo feito dentro de um sistema judiciário onde a impunidade não fosse a regra e a prestação jurisdicional fosse eficaz, dentro do devido processo legal."

Faço esse registro, o qual já fiz outras vezes centrado na defesa da democracia.

Eu o fiz centrado na defesa da democracia por entender que se deve jogar a água suja para fora da bacia, mas não se deve jogar a criança junto, conforme o dito popular. A democracia é essa frágil criança. Em nome de um estado policial, não podemos permitir absurdos, ilegalidade, inconstitucionalidade e posturas que levem ao desânimo da sociedade. Indiciamento não é decretação de culpa. Nas palavras da Sandra, na nota da Amagis, deixo minha solidariedade ao Desembargador Dorival Guimarães Pereira e à sua família, por tudo o que sofreram nos últimos três anos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Quero cumprimentar a Mesa, em nome de todos, especialmente da Deputada Maria Lúcia Mendonça; os presentes no Plenário, Deputados e Deputadas; e Minas Gerais. Dois temas extremamente importantes trazem-me aqui, e já bem abordados pelos Deputados André Quintão, Carlin Moura e outros que os apartearam. Estamos num momento em que a Câmara Federal começa a se manifestar sobre a reforma política. Em nossa compreensão, trata-se de muito mais que uma reforma eleitoral. Desejamos reconstruir o sistema político brasileiro e rever o sistema eleitoral. Defendemos que é preciso haver uma reforma política, com democracia, mobilização e envolvimento da sociedade. Neste momento, a sociedade faz o debate sobre o significado da reforma que quer para o Brasil e o que é possível construir na Câmara Federal. Defendemos uma reforma política com a participação da sociedade, a democratização dos meios de comunicação social, a realização de plebiscitos, referendos, enfim, uma participação maior da sociedade no controle social dos diversos Poderes - Judiciário, Legislativo e Executivo. Principalmente, defendemos a transparência na execução e no funcionamento desses Poderes. No que é possível hoje discutir a reforma política - principalmente a reforma eleitoral, na Câmara dos Deputados -, o PT, através da reunião do Diretório Nacional, apontou uma série de propostas. Entre elas, defendemos aqui as que consideramos fundamentais e que devem nortear a bancada federal, em seu voto, que deverá ser dado a partir desta tarde ou nos próximos dias, na defesa da reforma política. Primeiro, começando pela questão polêmica, a defesa da lista fechada, compreendendo que pode até haver, como falou o Deputado André Quintão, um momento de transição de compreensão dessa lista. No nosso entendimento, a lista fechada fortalece a democracia e os partidos políticos, possibilitando que as minorias possam se manifestar e figurar como candidatos ou candidatas nessa lista, especialmente, Deputada Maria Lúcia Mendonça, as mulheres. Defendemos, na composição e na ordem dessa lista, que a cada candidato tenhamos uma candidata. Da mesma forma, deve haver trabalhadores e trabalhadoras rurais, negros e negras participando desse processo de composição da lista, que precisa representar o rosto social do povo brasileiro. Esperamos que os partidos políticos, que se fortalecerão nesse processo, possam estar em sintonia com a maioria da população brasileira, que hoje é muito mais exigente na escolha e no acompanhamento de sua representação. Por isso, a reforma política, além da representação desse debate no Congresso, tem de contar com a democracia participativa, na qual a sociedade se manifeste mais. O povo brasileiro já demonstrou, nas últimas eleições, que está muito mais consciente e inteligente, analisando mais as propostas políticas das candidaturas e os melhores partidos para conduzirem seus anseios, suas esperanças e suas expectativas. Assim, a lista fechada, proposição feita pelo Diretório Nacional do partido, deveria ser aprovada na Câmara dos Deputados, com a possibilidade de transição para as próximas eleições, que seria votar ainda no partido, nas idéias e em uma proposta política. A população ainda poderia reordenar tal lista nesse momento de transição. Com isso bem colocado e principalmente mediante a criação de procedimentos, regras e possibilidades de democracia partidária, em que a base também possa fazer suas escolhas, estaremos aprimorando o processo político e conduzindo os partidos a serem verdadeiros partidos políticos que defendam programas, idéias e um verdadeiro projeto de poder para a nossa sociedade.

Nessa compreensão, caminho na perspectiva da defesa da lista fechada, mas com transição possível para as próximas eleições, se assim for o entendimento da Câmara dos Deputados, de todos os partidos e da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Associado à lista, teríamos um financiamento público, fundamental para garantir a oportunidade, os direitos e as condições de participação com mais igualdade nas eleições. Os trabalhadores, que hoje representam a maioria da população brasileira, precisam ter o direito de se expressarem, de serem candidatos, porque ainda prevalece, de maneira muito presente nas eleições, o poder econômico, que acaba definindo a lista, Deputado Carlin Moura. Quem detém hoje o poder econômico acaba por determinar o funcionamento da lista partidária. Se houver um financiamento que possibilite igualdade de condições, teremos geração de novos quadros, de novas participações políticas, enfim, da cidadania nos partidos políticos.

Da mesma forma, há a fidelidade partidária. O PT, desde que surgiu, há 27 anos, defende que deveria haver uma regulamentação na Constituição, pelo Supremo e pela Câmara dos Deputados, de que o mandato é do partido, é da construção histórica de um partido político porque todos, para disputar uma eleição, têm de se filiar a um partido. É fundamental que o mandato, por meio da fidelidade partidária, possa representar esse sentimento do partido e da população.

Por fim, nosso partido definiu também, em seu Diretório Nacional, a possibilidade do fim das coligações proporcionais, respeitando, assim, o voto dos eleitores, que votam na legenda e no partido em que acreditam e nas candidaturas que defendem.

Às vezes, nas coligações, o eleitor pode votar em um candidato de determinado partido político, mas acaba elegendo um candidato de outro partido político, traíndo, assim, a vontade da população, do eleitorado.

Quero crer que, hoje e durante os próximos dias, as luzes estarão sobre o Congresso Nacional a fim de que a perspectiva de alterarmos profundamente o sistema eleitoral e principalmente o sistema político brasileiro seja concretizada. Se isso acontecer, poderemos ter melhores dias e a representação popular realmente significará o desejo e a esperança do povo brasileiro e mineiro.

Desejo que a Câmara dos Deputados - em seguida a questão irá para o Senado -, as nossas Deputadas e os nossos Deputados Federais façam deste momento uma oportunidade de muita reflexão, acerto e determinação a fim de avançarmos no que se refere ao sistema eleitoral brasileiro.

Aproveito o momento para fazer uma reflexão sobre o PT, que está vivendo uma fase muito importante. Este ano será realizado o 3º Congresso do PT, que, aliás, já teve início, com os congressos municipais. Belo Horizonte, por ser uma região zonal, já realizou o congresso municipal. Os Municípios, a partir de sábado, dia 16, vão iniciar os congressos municipais, o que acontecerá não só em Minas Gerais, mas também em todos os Municípios brasileiros. No final de julho será realizado o congresso estadual. Contaremos com a presença dos delegados eleitos democraticamente por Municípios e Estados para a realização do 3º Congresso Nacional do PT, que acontecerá em São Paulo, no final de agosto e início de setembro.

Três temas, para nós fundamentais, farão parte do referido congresso. O primeiro deles discutirá qual Brasil queremos. Iniciaremos pelo primeiro mandato do Presidente Lula e, depois, abordaremos o segundo.

O outro tema tem em vista debater sobre que socialismo o PT e as esquerdas brasileira e mundial defendem como horizontes seus. Buscará discutir ainda sobre como o PT, diante da nova conjuntura nacional, do segundo mandato do governo Lula, vai reorganizar a base partidária, atualizar a própria organização para construir o seu futuro e renovar nossas esperanças, dentro da perspectiva de mudança da sua própria organização.

Em função do 3º Congresso, da importância que o PT tem dado à atualização de valores e princípios, ontem um conjunto majoritário do PT lançou nesta Casa um documento, fruto de muitos debates após as eleições de 2006, tendo em vista a presença do PT, a mobilização e a participação no 3º Congresso. O documento foi especialmente assinado por lideranças do nosso partido - o Ministro Patrus Ananias e o Prefeito Pimentel sinalizaram a disposição de assiná-lo -, por Deputados desta Casa, pela maioria dos Deputados Federais e Prefeitos, entre os quais a Prefeita Marília Campos, por um conjunto de Vereadores e Vereadoras, por pessoas dos diretórios municipais e da base partidária.

A intenção é construir em Minas Gerais a unidade do PT. Aliás, essa unidade, no nosso entendimento, dá-se em vários eixos. Conforme o primeiro, que é um eixo muito importante, a unidade do PT de Minas consolida-se com os partidos da base aliada do governo Lula, no que concerne à promoção de políticas públicas sociais transformadoras para o Estado de Minas Gerais. No segundo mandato do Presidente Lula, estamos apostando num projeto de desenvolvimento para o Brasil, a partir da idéia de Estado brasileiro, pela primeira vez organizando-se um plano nacional de desenvolvimento, um plano de aceleração do crescimento.

Ou seja, o objetivo é colocar o Brasil em ritmo de crescimento, garantir a inclusão social e a distribuição de renda nesse projeto de desenvolvimento, que reúne desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, principalmente incluindo a maioria da população brasileira em um processo de mudanças e transformações.

Para nós, em Minas Gerais, consolidar o projeto do Presidente Lula, as políticas transformadoras, a agricultura familiar, a educação, com o Plano Nacional de Educação, principalmente com as políticas de combate à fome e as políticas que vêm erradicar a pobreza nesse Estado, é fundamental nesse primeiro eixo de unidade do nosso partido em Minas, somando com os partidos que fazem parte da coalizão parlamentar instituída pelo Presidente Lula.

O segundo eixo muito importante dessa unidade e principal é a construção, como denomina o nosso documento, de um projeto democrático e popular para Minas Gerais. Em que se pode basear esse projeto para os próximos anos apontando para as eleições de 2008 e de 2010, para Minas Gerais? Significa que queremos o Estado de Minas Gerais pensado a partir das suas próprias potencialidades e um projeto de desenvolvimento em Minas que venha a consolidar-se nas políticas transformadoras do governo Lula. Esse projeto preza a democracia, a participação popular, ouve a sociedade, permite o pensamento plural, e não único, que possibilita a avaliação pela sociedade. Que a mídia de Minas Gerais possa avaliar também um projeto democrático popular, a exemplo de como avalia as políticas do governo Lula. Que a sociedade mineira efetivamente se manifeste e ajude a construir um projeto de democracia e de políticas sociais baseado, especialmente, na experiência de Minas Gerais.

A nossa proposta é de um projeto democrático e popular a partir das forças populares dos mais pobres e da organização e dos movimentos sociais de Minas Gerais. Para isso acontecer, Deputados Lafayette de Andrada, Padre João e Maria Lúcia, precisamos de um partido sintonizado com este tempo e com esta história. O partido deve ser mais organizado e presente nas lutas sociais e ter uma relação com a sociedade.

Deixamos essa reflexão para todos os petistas de Minas Gerais, simpatizantes, filiados e apoiadores. Queremos fazer uma convocação a todos para participarem nos congressos municipais e no congresso estadual e, posteriormente, na construção do congresso nacional.

Finalizando, no PT, as três palavras importantes são: primeiro, "unidade"; segundo, "maturidade" nessa construção do diálogo com a sociedade e com o próprio partido; e, terceiro, "responsabilidade coletiva" para essa construção, para essa condução de Minas Gerais, principalmente na construção de um projeto que achamos possível com as lideranças que temos em Minas, como o Ministro Patrus, o nosso Prefeito Pimentel, a nossa Prefeita de Contagem, Marília Campos, o nosso Presidente do PT, em Minas Gerais, o companheiro Nilmário Miranda, e todos os nossos Deputados Estaduais e Federais, Prefeitos e Prefeitas, Vereadores e Vereadoras, nossos diretórios e comissões provisórias.

Nossa sinalização e nosso desejo é a nossa unidade mineira em torno de um projeto democrático popular. Muito obrigada.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça* - Obrigada, Presidente. Gostaria de me dirigir a todos os funcionários desta nossa grande Casa legislativa, ao pessoal de jornalismo da Casa, aos ouvintes da TV Assembléia, aos queridos Deputados e Deputadas presentes. Vou mencioná-los: João Leite, Carlin Moura, Rêmoló Aloise, Ronaldo Magalhães, Carlos Mosconi, André Quintão, Padre João, Chico Uejo, Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Carlos Arantes, Adalclever Lopes, e a nossa grande amiga Elisa Costa.

Os motivos que me trazem aqui são dois. Um é muito triste, e o outro é de muita alegria. Devemos sempre começar pelo mais triste.

Não poderia deixar de ocupar os microfones desta Casa para comentar sobre um fato lamentável acontecido na minha querida cidade de Cataguases e que tem trazido muitas preocupações não só para Cataguases, mas também para toda a região.

A minha preocupação está relacionada à grande missão que tenho como educadora. Cataguases está em situação de imensa comoção, vivendo dias de imensa intranquilidade e apreensão. Além disso, a comunidade encontra-se muito deprimida.

Um fato lamentável levou a população ao estorpecimento. Uma tragédia colocou a população em estado de choque, e hoje vivemos em sobressalto na cidade de Cataguases e região.

Devido ao meu espírito de solidariedade, gostaria de lembrar as famílias da minha cidade que estão vivendo um momento terrível. Srs. Deputados, peço que me acompanhem atentamente, porque somos pais, avós, temos irmãos e sobrinhos. O que aconteceu em uma escola da minha cidade é lamentável e continua sem solução.

Na semana passada, em uma escola, da creche até a 8ª série, três crianças, com idade variando de 1 ano e 4 meses a 2 anos, ingeriram, não se sabe como e de que maneira, um alimento ou alguma coisa contaminada, que levou uma das crianças à morte, imediatamente. A criança a que me refiro se chama Ana Luz, e é filha do Helinho Baião e da Cláudia. Ainda ontem, outra criança - o menino Júlio César, de 1 ano e 4 meses - que estava hospitalizada em Juiz de Fora veio a falecer. Ele é filho do casal Júlio e Mirian. São crianças que estavam na escola e que, de repente, começaram a passar mal, e até agora não se sabe o que aconteceu. Ainda existe uma terceira criança, em Juiz de Fora, toda entubada. Uma criança de 1 ano e 8 meses. Parece-nos que se trata de casos de envenenamento.

Trouxe esse fato desagradável para dizer o quanto a nossa região precisa de uma UTI neonatal. Hoje, ela só existe em Juiz de Fora, na Zona da Mata, para atender as crianças. Temos batalhado, e muito, para instalá-la na região, especificamente em Cataguases, que possui um hospital que a comporta plenamente, a fim de darmos tranqüilidade a todos nós que temos filhos e netos naquela região.

Aproveito a oportunidade para fazer um alerta às escolas, pois, na realidade, nem a escola é culpada nem os pais são culpados.

O momento não é de buscar culpados, mas de entender que ninguém jamais tomaria uma atitude para levar ao óbito crianças dessa idade. É preciso entender, e não apenas acusar. Temos de buscar soluções.

Fizeram autópsia na primeira criança. É claro que existe um trâmite legal para que surja o resultado. Durante 30 dias, a escola ficou com suas funções suspensas e teve de alugar outro local para funcionar. Essa situação gerou uma intranqüilidade muito grande aos alunos e pais.

Trago esse fato desagradável, por meio da TV Assembléia e desta Casa, porque me admira que lhe tenham dado grande valor. Os Diretores e professores das escolas devem se tornar cada vez mais atenciosos com a vida dos educandos.

O momento é de muita tristeza, mas até da tristeza temos de tirar um lado positivo. Que isso sirva de exemplo para que todos os segmentos educacionais dupliquem sua atenção com as escolas. Conheço de perto os dois proprietários da escola. É um casal fértil, que trabalha muito pela educação. Tenho certeza de que jamais deixaria de cuidar das crianças. Mas o fato aconteceu, e é preciso que tenha solução. Solidariedade é pouco neste momento. Precisamos dar as mãos e nos unir a Cataguases.

Peço desculpas à comissão provisória estadual do Democratas por não estar presente na solenidade de recondução do nosso Senador Eliseu à Presidência, tendo em vista que participava desse momento triste da nossa cidade.

O segundo fato que tenho a relatar é muito importante e agradável. Ainda bem que, na vida, existem altos e baixos. Ontem, Sr. Presidente, foi instalada, em Belo Horizonte, a Promotoria de Justiça Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Mulheres que estão me escutando, mais um órgão público está trabalhando em sua defesa, contra a violência doméstica e familiar. Houve um momento muito bonito na cerimônia, quando a Promotora, a Dra. Laís, usando da palavra, enalteceu a criação dessa Promotoria e colocou-se à disposição para combater toda a violência praticada contra a mulher. Além disso, ela avocou para si todos os processos que envolvem esse tipo de violência e tramitam nas promotorias, para que sejam solucionados.

A palavra do Promotor Jarbas também foi importante. Ele disse que o momento era triste porque não queria inaugurar aquela casa. Não que ela não fosse importante, mas não queria que, jamais, houvesse violência contra a mulher. Além disso, ele reforçou a necessidade de criação de promotorias com essa finalidade.

Foi uma cerimônia muito bonita, que contou com a presença de alguns Deputados, desta Deputada e da Deputada Gláucia Brandão, representando a bancada feminina e os demais parlamentares desta Casa.

Portanto são dois fatos totalmente distintos. Um, carregado de profunda tristeza; e outro, de grande alegria. Esperei até este momento para fazer uso da palavra e enaltecer o fato positivo, lamentar o negativo e pedir as devidas providências.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, muito obrigado. Gostaria de saudar V. Exa., os Deputados presentes, a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os telespectadores da TV Assembléia.

Em 5/6/2007, comemora-se, no mundo todo, o mês do meio ambiente, cuja data magna é o Dia Mundial do Meio Ambiente. A consciência planetária aflora cada vez mais intensamente em busca de salvaguardar essa esfera de vida que todos nós compartilhamos: o planeta Terra. A Terra é o berço das águas, e, no Brasil, elas ocorrem em plenitude.

Neste país, existe uma região onde há água em abundância e nascem as principais bacias hidrográficas que ocorrem em solo brasileiro: Minas Gerais. Entre elas, as dos Rios Grande e Paranaíba, principais formadores da Bacia Transnacional do Plata, cujas águas desembocam no Atlântico Sul, tendo Buenos Aires e seu porto na margem direita; e Punta del Este - balneário turístico uruguaio - e Montevideu na margem esquerda. Além disso, aqui nascem as águas do São Francisco - grande rio da integração nacional - e, entre outras, as dos Rios Mucuri e Jequitinhonha.

Neste país, tão privilegiado pelo Supremo Criador, que nele pôs imensas riquezas e o dotou de sol em abundância, reservas fantásticas de água e solos altamente férteis, realizou-se, a partir de 5/6/92, a maior Conferência das Nações Unidas, denominada, por isso mesmo, Cúpula da Terra ou Eco-92 ou Rio-92. Nela, firmou-se o maior compromisso internacional em prol da salvaguarda do Planeta - a Agenda 21, com 40 capítulos destinados à vida e à sua preservação em escala planetária, que ultrapassa a questão especificamente ambiental ao envolver todas as políticas públicas, e não somente as ambientais -, sob a égide dos desenvolvimentos econômico e social de forma sustentável. Ao ser firmada pela imensa maioria dos países, consolidou esse conceito do desenvolvimento sustentável no âmbito do relacionamento formal entre as nações e permitiu a abertura da assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, para tratar dessa gigantesca questão que, cada vez mais, aflige a humanidade e os demais seres vivos: o aquecimento global. Além disso, possibilitou a ocorrência da Convenção Internacional de Combate à Desertificação, da Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica e, entre outras, dos princípios da proteção às florestas. Trata-se, portanto, do maior instrumento de planejamento estratégico do mundo em prol da vida e do ambiente.

Minas Gerais, região imensamente privilegiada, tem papel significativo no tocante à Agenda 21. Desde 2004, quando foi instalado a partir de um esforço do governo federal, em conjunto com o governo estadual e outras esferas, contando com a participação importantíssima de organismos como o Crea-MG, em parceria com muitos outros, atua neste Estado o Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais, cuja página

eletrônica é www.agenda21.mg.com.br.

Com metodologia própria, alçou vôos que, aliás, possibilitaram a esta Casa Legislativa preparar, no ano seguinte, em conjunto com o fórum citado, o ciclo de debates sobre a Agenda 21 em Minas Gerais.

Nesse grande evento, realizado neste Plenário, entre outros importantíssimos assuntos, foi oficialmente apresentada a esta Casa a proposta de projeto de lei referente à Agenda 21 de Minas Gerais. Ao longo do tempo, o fórum continua suas atividades e desenvolve esforços e estudos correspondentes aos seis grandes eixos temáticos da Agenda 21 brasileira aplicados a Minas Gerais, tendo estruturas a eles correspondentes, que são os grupos de trabalho temáticos: "Agricultura Sustentável"; "Cidades Sustentáveis"; "Infra-Estrutura e Integração Regional"; "Gestão dos Recursos Naturais"; "Redução das Desigualdades Sociais"; "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável". A esses grupos se somam outros dois grupos de trabalho temático especiais: o sobre a transposição do Rio São Francisco e o sobre mudança climática. Devidamente pautadas, as sessões ordinárias do fórum realizam-se a cada mês, na primeira sexta-feira útil, às 14 horas, na sede estadual do Crea, que atua como secretaria executiva. Da mesma forma, os seis grupos de trabalho temático e os dois grupos de trabalho temático especiais têm, ao todo, oito reuniões ordinárias por mês, também em espaços cedidos pelo Crea.

Todo esse esforço resultou no reconhecimento desta Casa Legislativa, que votou e aprovou recentemente a legislação sobre a Agenda 21 em Minas Gerais, oficialmente encaminhada à Assembléia durante o ciclo de debates ocorrido em 2005. A votação se efetuou em 28/12/2006. E o governo do Estado de Minas Gerais, também num amplo reconhecimento, sancionou em 11/1/2007 a lei votada por este Legislativo, numa meritória demonstração para o Brasil e para o mundo de que aqui em Minas Gerais se constrói, efetivamente, a Agenda 21.

Num reconhecimento desse esforço, em grandiosa parceria, como deve ser a Agenda 21, faço chegar aos nobres pares este pronunciamento, com a expectativa de que esta Casa Legislativa esteja sempre, ombro a ombro, em perfeita comunhão com os mais nobres ideais, como é o caso da Agenda 21. Salve o mês do meio ambiente, salve a Terra! Vida longa à Agenda 21! Parabéns aos abnegados integrantes do "Fórum Agenda 21 do Estado de Minas Gerais"!

Gostaria também, Sr. Presidente, ao final desta minha intervenção, fazendo esta saudação a todos os integrantes do "Fórum Agenda 21", de lembrar, lamentavelmente, o esforço e a teimosia do governo federal em realizar a transposição do Rio São Francisco. Esse governo do PT ficará marcado, Deputado Rêmoló Aloise, como o governo que ajudou drasticamente para a morte do Rio São Francisco.

Vimos hoje neste Plenário os anunciados recursos de R\$32.000.000,00 para uma revitalização do rio para algumas cidades, enquanto o governo federal pretende investir R\$20.000.000,00 na transposição do Rio São Francisco, sem dar a garantia de que isso resultará, efetivamente, em algo de bom para a população do Nordeste brasileiro, do semi-árido. Sem dúvida, o governo do PT mostra para Minas Gerais o desconhecimento total da importância efetiva da revitalização do Rio São Francisco.

A nossa expectativa era que esse governo trouxesse recursos para se efetivar a revitalização do São Francisco, mas o que vemos é a teimosia na transposição do rio.

Lamentavelmente, não temos expectativa para o futuro do rio, e isso é algo que traz muita emoção para todos nós, em Minas Gerais. Esse rio é generoso com o nosso país, é o Rio da Integração Nacional, e está totalmente desconsiderado pelo governo do PT, que o abandonou e quer usá-lo em um projeto que beneficiará empresas, e não o povo.

Precisamos urgentemente de um pacto federativo. Seria interessante que os Deputados desta Casa pudessem legislar sobre as águas do São Francisco, o que hoje não podemos fazer, já que essa é uma competência apenas da Câmara dos Deputados. Se hoje pudéssemos legislar sobre esse tema, nós nos uniríamos nesta Casa contra os Deputados do PT, derrotaríamos esse projeto de destruição do São Francisco, esse projeto que prevê a subida do rio por 700m, gastando a energia de uma usina como a de Três Marias, e que custará R\$20.000.000.000,00, e dariamos esses recursos para a recuperação, a volta à vida do Rio São Francisco.

Amanhã teremos nossos trabalhos interrompidos para aqui fazermos todas as celebrações relativas à Semana do Meio Ambiente, e queríamos deixar esse grito da tribuna da Assembléia Legislativa. Esperamos que amanhã esta Casa se transforme em uma trincheira contra o projeto do PT de destruição do Rio São Francisco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente Lafayette de Andrada, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputado João Leite, Deputado Rêmoló Aloise, este é um instante de reflexão: final de tarde, momento em que discutimos os temas mais profundos, as questões de nosso Estado e as nacionais e em que procuramos fazer alguma discussão um pouco mais avantajada a respeito dos problemas de Minas Gerais.

Inicialmente, gostaria de lamentar aqui, de forma bastante veemente, a posição do Senador Aloízio Mercadante, de São Paulo, que, pela segunda vez, na tarde de anteontem, retirou violentamente da pauta do Senado a discussão da implantação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE - de Teófilo Otôni. Agradeço à Prefeita Maria José, de minha cidade, Teófilo Otôni, do PT, ter comparecido, pela segunda vez, a nosso convite, à sessão do Senado, onde o assunto seria discutido. Mas, mesmo com sua presença, o Senador Aloízio Mercadante travou um bate-boca com o Senador Tasso Jereissati, que defendia a apreciação do projeto naquela tarde.

Esse bate-boca foi notícia de todos os telejornais de ontem, não porque era ilegal ou anormal a apreciação do projeto da ZPE, mas pela forma como foi feito: o Senador Mercadante, atropelando o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, passou por cima de tudo, peitou o Senador e assim não permitiu que o projeto da ZPE de Teófilo Otôni fosse apreciado.

Todos na minha região sabem que esse projeto está em discussão. Estamos nessa luta desde 1988, quando o Deputado Luís Leal conseguiu aprovar a lei que criava as ZPEs do Brasil. Minas só tem uma, que seria a de Teófilo Otôni - e são 17 no País.

Todas as regiões deprimidas do Brasil precisavam desse instrumento para seu desenvolvimento, para alcançar uma posição melhor, um destaque melhor em relação ao processo de desenvolvimento.

Ainda na tarde de ontem, discutimos aqui a questão da implantação e da votação pelos colegas Deputados da lei do ICMS Solidário. Dizíamos que já não é possível continuarmos com o mesmo discurso da década de 60, quando condenávamos as estruturas governamentais. Por quê? Porque estavam fazendo com que os ricos ficassem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Estamos vendo isso, mais uma vez, ocorrer com a questão do ICMS Solidário, em pleno século XXI. Quando nos reportamos a essa decisão do Senado da República, essa intervenção indevida do Senador Mercadante defendendo os interesses de São Paulo, e não os da Nação brasileira, sentimos e compreendemos a necessidade absoluta daquilo que disse o Deputado João Leite, a discussão, em todos os recantos deste país, de um novo pacto federativo. Já não é possível suportar o gigantismo do Poder Executivo central em Brasília. Quase 70% de tudo que se arrecada vai para o cofre do governo federal, uma parcela mínima para os Estados, e outra menor ainda para os Municípios. E quando se tem algum instrumento para melhorar as regiões mais deprimidas, para fazer justiça social, para tentar fazer a recomposição dessa estrutura que danifica e aprimora o processo de degradação das regiões deprimidas, nós temos posições como essa do Senador Aloízio Mercadante, em Brasília.

O pacto federativo é, hoje, indispensável. Estamos caminhando para um Estado unitário, em que o governo federal é dono de tudo e faz tudo. Vejam o absurdo que está ocorrendo: o TCU manda para a cidade de Baldim uma equipe que gasta mais de R\$100.000,00 no seu deslocamento de avião, mais despesas e permanência, para apurar um convênio de R\$7.000,00.

Por que o governo federal tem que fazer obra? Todo o mundo sabe que a obra realizada pelo governo federal é muito mais cara. Com tantos atravessadores que há no meio do caminho, o dinheiro some quando chega à base, e fica essa estrutura gigantesca.

Deputado Rêmoló Aloise, depois que fui Deputado Federal, fiquei algum tempo sem ir a Brasília. Quando estive lá, há dois anos, tomei um susto, um baita susto. Todos os Ministérios estão fazendo ou já fizeram mais um prédio anexo. Todos os estacionamentos já foram ampliados para abrigar a tecnoburocracia do PT. Cresceu tudo. Não sei se vamos agüentar, num futuro próximo, essa hipermáquina, essa gigantesca máquina pública que suga o dinheiro do brasileiro, nos quase 40% da carga tributária, e o leva para a "ilha da fantasia", que é Brasília. E esse dinheiro, quando sai de lá, toma caminhos e descaminhos. Nunca vimos tantos escândalos neste país, exatamente em virtude do atravessamento do dinheiro no meio do caminho. Lá, a relação com a empreiteira é mais importante do que a relação com o Ministério. Porque as empreiteiras são procuradoras, são advogadas dos Ministérios. São eles que negociam as grandes verbas aos pobres Deputados Federais, os comuns, não aqueles entronizados com a bandalheira. Aos Deputados comuns resta a emenda parlamentar, que sai a conta-gotas, dependendo do interesse do governo ou da votação que o Deputado possa dar.

Graças a Deus, estamos em Minas Gerais! Graças a Deus, esta Assembléia tem um comportamento diferenciado! Ando por todos os corredores e, graças a Deus, até hoje não conheci nenhum lobista e nem nenhum empreiteiro!

Na primeira semana em Brasília, recebi 12 empreiteiros em meu gabinete, todos pedindo que assinasse ofícios, encaminhamentos de obras e verbas para minha região. Disse que esperassem um pouco, que estava novo, que precisava primeiro aprender. Na semana seguinte, os 12 empreiteiros sumiram.

Vejam por que é necessário um pacto federativo. Naquela oportunidade, Brasília havia decidido construir um hospital regional em Teófilo Otôni, com investimentos de US\$8.000.000,00. Havia acabado de sair da Prefeitura e fui até o Ministro Alcení Guerra e disse: "Preciso de apenas US\$1.000.000,00 para reaparelhar meus hospitais, meus ambulatórios, meus postos de saúde. Não preciso de US\$8.000.000,00. Temos leitos sobrando. Precisamos reequipar e melhorar o sistema." Ele disse que estava decidido, pelo Luiz Romero Farias, irmão do PC. Fui até ele, que disse estar definido porque o governo havia estudado. Questionei: "Estudou como? Estava na Prefeitura, saí; agora sou Deputado, ninguém falou comigo, não estou sabendo de nada. O que está acontecendo?"

Infelizmente, naquela época havia três hospitais programados, um para Valadares, um para Betim e outro para Teófilo Otôni. Eu e o Deputado Ronaldo Perim, de Valadares, voltamos ao Ministro para dizer que não precisávamos. Ronaldo Perim dizia que em Valadares precisava de apenas US\$400.000,00 para equipar o Hospital Evangélico, que estava sendo concluído. Não foi possível concretizarmos a redução de investimentos de US\$16.000.000,00 para US\$1.400.000,00. Prevaleceu a decisão do Ministro comandado pelo secretário irmão de PC Farias.

Fui ao Presidente da República e disse a ele que não podia aceitar aquele comportamento porque, na noite do dia seguinte à nossa conversa com o Ministro, fui visitado pelo empreiteiro cuja obra não tinha sido licitada. Ele já ia fazer a obra e nos pediu, pelo amor de Deus, que assinássemos o documento, o ofício, para não perder os 20% que já havia adiantado da obra, na participação financeira do bolinho do PC Farias, de um total de 40% do valor da obra. Numa reunião do nosso partido, disse frente a frente com o Presidente que ele estava sendo enganado, que ele não estava sabendo toda a verdade sobre o que ocorria no governo. Acrescentei: "Hoje o senhor tem 400 Deputados. Se continuar desse jeito, no ano que vem não terá 40". Um ano e dois meses depois, o Presidente Collor foi cassado.

Tudo começou com Alcení Guerra, na Saúde. Exatamente onde fizemos a denúncia.

Enquanto o governo federal fechar nas mãos tanto poder, enquanto todo dinheiro do Brasil passar pelas mãos do governo federal, veremos escândalos de ambulâncias, bicicletas, denúncias de todo tipo. Isso não vai parar nunca. O caso do Vavá faz dó. É uma bobagem enorme. Não se pode culpar o Presidente Lula pela bobagem de seu irmão. Trata-se de um fato muito bobo. Assesores de Prefeitos, assessores de Deputados, às vezes, cometem imprudências, do tipo "dar um jeitinho", "quebrar um galho". Quanta gente existe que pede um carguinho numa secretaria qualquer apenas para ficar perto do poder e tentar atravessar recursos? Iso é comum em Brasília: alguém tentou de forma boba o atravessamento, um "lobby" indesejado. Não vejo um crime que possa transformar-se num pecado do Presidente Lula.

Na verdade, quando a Polícia Federal começa a apurar há exageros. Primeiro, condena-se, para, depois, dar o direito de defesa, como ocorreu com o Ibsen Pinheiro. Cassado, voltou 20 anos depois, mas sua inocência estava provada em um ano.

O Governador Aécio Neves fala bem quando diz que não se pode transformar o Brasil em uma delegacia de polícia. O pacto federativo é necessário para reduzir a corrupção e as desigualdades.

Quando se fala em transposição do Rio São Francisco, levanta-se uma bandeira, com a qual os nordestinos ficam felizes. Assim como também é uma grande bandeira o Bolsa-Família, que, na verdade, já existia na época de Fernando Henrique. Estamos assistindo no País a um enorme faz-de-conta, e precisamos usar o espaço desta Casa para discutir esses temas mais profundos da política mineira e brasileira. Minas está fora do processo de decisão nacional há muito tempo, e o Brasil está sofrendo por isso. Minas deve unir-se e arrematar-se para tirar a hegemonia de São Paulo - não importa se será com Aécio, Patrus ou qualquer candidato do PT ou PDT. O importante é que nos unamos em torno de Minas para que tenhamos nosso candidato à Presidência da República comprometido com o novo pacto federativo, com mudanças nessas regras. Senão, em algum tempo, deveremos voltar a discutir toda a estrutura federativa do Brasil. Precisaremos começar a lutar para acabar com a Federação e fazer uma confederação, para que os Estados tenham autonomia.

Hoje, os Estados vivem a reboque. Vejam a questão da reforma agrária, a qual o próprio Presidente da República diz que não tem competência para fazer. E não foi capaz de fazer como prometeu nas campanhas. E não será capaz nunca, porque Brasília não sabe como funcionam as coisas em Januária. Brasília não sabe como as coisas funcionam em Joáima. A reforma agrária só funcionará quando for municipalizada, pois quem conhece o produtor rural é o líder local. O Vereador e o Prefeito é que sabem quem é da zona rural e quem tem capacidade de trabalho.

Na minha cidade, houve invasão de uma área importante da Fazenda Itamunhec. O pessoal do MST que está lá são bombeiros, eletricitas, pedreiros, cabeleireiras, ganhando para fazer invasão. Ainda ontem, o Stábile falou claramente que o interesse do MST não é fazer reforma agrária, mas estabelecer o regime socialista no Brasil. Ele externou claramente, e os noticiários da meia-noite falaram isso, de forma espantosa. Deixaram a máscara cair.

Portanto essa discussão não é perda de tempo, como insinuaram ontem no final da tarde. Porque não discutimos, a situação está assim; porque não nos preocupamos, a situação está assim. Se nos preocuparmos hoje, não choraremos amanhã. Obrigado.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/6/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando, a partir de 25/6/07, Flávia Marques Ricardo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Nilson Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Rodrigo Alceu de Souza Costa para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Social Democrata.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e a Lei nº 9.384, de 18/12/86, Resolução nº 5.203, de 19/03/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Wagner Antunes para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão AL-13, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.198, de 21/5/01, assinou os seguintes atos:

exonerando Antoninho Rodrigues Goulart do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Planejamento e Finanças, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando Cláudia Sampaio Costa do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria Legislativa, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando Evamar José dos Santos do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria-Geral Adjunta, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando Maria de Lourdes Capanema Pedrosa do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Administração e Recursos Humanos, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, nos termos das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, e 5.198, de 21/5/01, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01 e 2.221, de 18/12/01, assinou o seguinte ato:

dispensando Rodrigo Barreto de Lucena da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e Televisão.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.198, de 21/5/01, e 5.305, de 22/6/07, assinou os seguintes atos:

nomeando Antoninho Rodrigues Goulart para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Finanças e Informática, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Cláudia Sampaio Costa para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Processo Legislativo, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Evamar José dos Santos para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Infra-Estrutura, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Lúcio Eustáquio Perez de Carvalho para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Comunicação Institucional, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Maria de Lourdes Capanema Pedrosa para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Recursos Humanos, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Rodrigo Barreto de Lucena para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Rádio e Televisão, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

ATO DO PRESIDENTE

Nos termos do art. 263 da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembleia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.198, de 21/5/01, assinou o seguinte ato:

dispensando Lúcio Eustáquio Perez de Carvalho do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Comunicação Institucional, padrão S-02, código AL-DAS-2-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 9/7/2007, às 10h30min, pregão eletrônico, por meio da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos de instalação, desativação ou mudança de pontos da rede corporativa da ALMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, n.º 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2007

Objeto: aquisição de equipamentos de rede e roteador. Pregoeiros vencedores: lote 1 - Actar Connectivity Engenharia de Telecomunicações Ltda.; lote 2 - Imparts Comércio Ltda.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2007.

Rosângela Alves Ferreira, pregoeira.